

JOYCE RIBEIRO COLARES

AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DO PROJETO PLUG MINAS A PARTIR DA
PERCEPÇÃO DOS JOVENS BENEFICIÁRIOS

Belo Horizonte

2019

JOYCE RIBEIRO COLARES

AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DO PROJETO PLUG MINAS A PARTIR DA
PERCEPÇÃO DOS JOVENS BENEFICIÁRIOS

Monografia apresentada ao Curso de Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Administração Pública.

Orientador: Prof. Mestre Marcos Arcanjo de Assis.

Belo Horizonte

2019

Joyce Ribeiro Colares

Colares, Joyce Ribeiro.

683a Avaliação dos efeitos do projeto Plug Minas a partir da percepção dos jovens beneficiários[manuscrito]/ Joyce Ribeiro Colares. – 2019.

[13], 98f. : il.

Monografia de conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2019.

Orientador: Marcos Arcanjo de Assis

Bibliografia: f. 96-98

1. Juventude – Minas Gerais. 2. Projeto Plug Minas. 3. Políticas públicas–Minas Gerais.I. Assis, Marcos Arcanjo de. II. Título.

CDU 3-053.6(815.1)

Joyce Ribeiro Colares

Avaliação dos efeitos do projeto Plug Minas a partir da percepção dos jovens beneficiários

Monografia de Conclusão apresentada ao Curso Superior de Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial de obtenção do título de bacharel em Administração Pública

Aprovada na Banca Examinadora

Prof. Marcos Arcanjo de Assis (Orientador) – Fundação João Pinheiro

Profª. Nícia Raies Moreira de Souza (Avaliadora) – Fundação João Pinheiro

Prof. Bruno Lazzarotti Diniz Costa (Avaliador) – Fundação João Pinheiro

Belo Horizonte, 25 de junho de 2019

AGRADECIMENTOS

O caminho até aqui foi marcado pelas oportunidades que a mim foram dadas. Por isso, tenho muito a agradecer.

A começar por toda a minha família, agradeço por terem unido esforços para me manter em Belo Horizonte para que pudesse realizar um curso superior, em especial meu pai Marcílio, minha mãe Djanira, Tia Preta e Tia Eugênia.

Agradeço a todos os amigos da vida, e todas as pessoas especiais que passaram pelo meu caminho neste tempo.

Agradeço a todo corpo docente da Fundação João Pinheiro, que me proporcionou um ensino íntegro e de qualidade, sou extremamente grata pela oportunidade que aprender com todos vocês.

Minha eterna gratidão às minhas primeiras chefes de estágio extracurricular, Marly, Fátima e Vera, por todo o carinho para comigo, e por terem me ensinado tanto. Foi com vocês que tive os meus primeiros aprendizados que refletiram muito na construção deste trabalho.

Agradeço a toda equipe do Plug Minas, em especial Luiz Fernando, Pedro, Mathaeus, Marta, Rosalva e Vânia, que me acolheram com muito carinho durante o estágio supervisionado, e foram essenciais para que este trabalho pudesse acontecer.

Por fim, agradeço imensamente ao meu orientador Marcos Arcanjo por todos os direcionamentos, conselhos, por toda conexão que fez desse processo mais prazeroso e estimulante.

“Conte sua vida não pelo tempo, mas sim pelas vitórias... E quando não houve vitória, valeu o aprendizado da luta.” Autora: Djanira (minha mãe).

RESUMO

O Plug Minas foi concebido como um projeto estratégico do governo de Minas Gerais, com o objetivo de propiciar aos jovens mineiros uma formação multidisciplinar, com o foco no seu desenvolvimento integral e na sua inserção cultural, política e econômica. Nesse sentido, se faz importante no arcabouço das políticas públicas para juventude do Brasil e do estado, que evoluíram no decorrer dos anos a partir da compreensão dos jovens como sujeitos de direitos, atores estratégicos e protagonistas do desenvolvimento. O presente trabalho tem por objetivo avaliar resultados do projeto Plug Minas a partir da percepção de seus beneficiários. São consideradas as seguintes áreas de resultados: educação, trabalho e participação social. Para isso, foi realizada uma pesquisa descritiva, de abordagem mista, com a aplicação de questionários aos jovens atualmente beneficiados e entrevistas semi-estruturadas com jovens egressos do projeto. Os resultados apontam para diversos efeitos positivos nas três áreas de resultados, com destaque para o desenvolvimento de habilidades e aquisição de conhecimentos específicos, alterações expressivas nas perspectivas de futuro, além de um efeito bastante positivo em dimensões psicossociais da vida dos jovens.

Palavras-chave: Plug Minas– Juventude - Avaliação de Resultados, Minas Gerais.

ABSTRACT

Plug Minas was conceived as a strategic project of the government of Minas Gerais, with the objective of providing the young Minas Gerais with a multidisciplinary training, with a focus on their integral development and cultural, political and economic insertion. In this sense, it is important in the framework of public policies for youth in Brasil and the state, which have evolved over the years from the understanding of young people as subjects of rights, strategic actors and development protagonists. The present work aims to evaluate the results of the Plug Minas project based on the perception of its beneficiaries. The following areas of results are considered: education, work and social participation. For this, a descriptive research, of mixed approach, was carried out with the application of questionnaires to the young people currently benefited and semi-structured interviews with young graduates of the project. The results point to several positive effects in the three areas of results, especially the development of skills and acquisition of specific knowledge, significant changes in future perspectives, and a very positive effect on the psychosocial dimensions of young people's lives.

Keywords: Plug Minas, Youth , Evaluation of Results, Minas Gerais.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNJ	Conselho Nacional da Juventude
FHA	Fundação Helena Antipoff
ICSM	Instituto Cultural Sérgio Magnani
NCD	Núcleo de Criação e Design
NEJ	Núcleo de Empreendedorismo Juvenil
NPG	Núcleo de Planejamento e Gestão
ONG	Organização Não Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PEA	População Economicamente Ativa
PMDI	Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado
PNPE	Programa Nacional do Primeiro Emprego
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
SEE	Secretaria de Estado de Educação
SM	Salário Mínimo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

- Figura1– Linha do tempo das políticas para juventude no Brasil.....30
- Figura2 – Linha do tempo das políticas para juventude em Minas Gerais.....35

QUADROS

- Quadro 1 – Abordagens sobre a juventude e as respectivas políticas públicas sensibilizadas por elas.....19
- Quadro 2 – Núcleos do Plug Minas entre 2015 e 2018.....52
- Quadro3 – Dimensões de resultados do projeto Plug Minas.....57
- Quadro4–Descrição dos egressos entrevistados.....59.

GRÁFICOS

- Gráfico 1–Em que medida o curso do nej te proporcionou aprendizagem de conteúdos gerais?.....67
- Gráfico 2– Em que medida o curso realizado te proporcionou aprendizagem de conteúdos específicos da respectiva área?.....68
- Gráfico 3– Em que medida o curso realizado te proporcionou desenvolvimento de habilidades ou algum potencial até então desconhecido?).....69

Gráfico 4– Em que medida a sua participação no Plug Minas contribuiu para desenvolver sua habilidade de lidar com situações cotidianas?.....	71
Gráfico 5– Em que medida o Plug Minas contribuiu para o desenvolvimento da sua rede de oportunidades (como oportunidades profissionais, ingresso em ensino superior, etc.)?	73
Gráfico 6– Gráfico 7- Em que medida o Plug Minas contribuiu para alterar/ampliar sua visão, planejamento e perspectivas para o seu futuro profissional?.....	75
Gráfico 7– Gráfico 8- Em que medida o Plug Minas contribuiu para aumentar a sua responsabilidade e autonomia?	77
Gráfico 8– Em que medida o projeto ampliou seu interesse em buscar novas informações?.....	78
Gráfico 9– Gráfico 10- Em que medida o projeto possibilitou seu contato com alternativas de inovação?.....	78
Gráfico 10– Em que medida o projeto te despertou o desejo de repassar as informações e conhecimentos adquiridos?.....	80

TABELAS

Tabela 1– Distribuição dos jovens matriculados nos núcleos por gênero.....	60
Tabela 2– Distribuição dos jovens matriculados nos núcleos por cor ou raça em 2019.....	61
Tabela 3– Distribuição dos jovens matriculados por município de residência em 2019.....	62
Tabela 4– Caso o programa não ofereça o seu vale transporte, você pretende continuar no curso?.....	63
Tabela 5– Percentual de jovens matriculados por idade em 2019.....	64
Tabela 6– Percentual de jovens matriculados por grau de escolaridade e 2019.....	64
Tabela 7– Distribuição dos jovens matriculados por faixa de renda em 2019	65
Tabela 8– Percentual de público LGBT nos alunos matriculados em 2019.....	65
Tabela 9– Percentual de alunos que já tiveram ou não oportunidade de serem agentes multiplicadores do desenvolvimento.....	81

Tabela 10– Formação de agentes políticos e comunitários – 2019.	82
Tabela 11– Principais dificuldades enfrentadas pelos jovens ao participarem do Plug Minas, em 2019.	88
Tabela 12– Auxílios oferecidos pelo projeto e a relação deles com a permanência dos alunos.....	89

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS	19
2.1 Concepções de Juventude	19
2.2 A juventude como questão social	21
2.3 O jovem como foco das políticas públicas no Brasil	24
2.4 A política para juventude no Brasil.....	26
2.5 Políticas públicas para a juventude em Minas Gerais	31
3 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: conceitos e tipologias	37
3.1 Contextualização histórica sobre a avaliação de políticas no setor público	37
3.2 O que é a avaliação de políticas públicas?.....	39
3.2.1 A utilização das avaliações de políticas públicas	40
3.3 Tipos de avaliação de políticas públicas	41
3.3.1 A avaliação de resultados	43
4 O PROJETO PLUG MINAS: concepção, bases conceituais, diretrizes e modelo de gestão	45
4.1 A concepção do Plug Minas na política pública do estado de Minas Gerais	45
4.1.1 O Conceito de Protagonismo Juvenil	46
4.2 Elaboração do projeto e seu desenho	47
4.2.1 Implementação do projeto.....	Error! Bookmark not defined.
4.2.2 Modelo de governança na sua implementação	48
4.3 Diretrizes pedagógicas e fundamentos de planejamento e gestão	49
4.3.1 Mudanças recentes no Projeto	51
5 AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DO PLUGMINAS: as percepções dos jovens sobre efeitos do projeto	56
5.1 Nota metodológica.....	56
5.2 Caracterização dos jovens participantes do projeto	61
5.3 Os efeitos percebidos: habilidades adquiridas, projetos de futuro e participação social	67
5.3.1 Área de resultados da educação.....	67
5.3.2 Área de resultados de trabalho.....	74
5.3.3 Área de resultados de participação social	82
5.4 Efeitos não esperados?	85
5.4.1 Efeito psicossocial.....	85
5.4.2 E que poderia ser melhor? Algumas críticas dos alunos	88
5.5 Outras dimensões analisadas	88

5.5.1 Dificuldades	88
5.5.2 Benefícios	89
5.5.3 Acolhimento e diversidade do espaço	91
5.6 Síntese avaliativa.....	91
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS.....	96
APÊNDICE	100

0100

1 INTRODUÇÃO

O Plug Minas- Centro de Formação e Experimentação Digital é um projeto estratégico do Estado de Minas Gerais, concebido com o objetivo de propiciar aos jovens mineiros uma formação multidisciplinar, com o foco no seu desenvolvimento integral e na sua inserção cultural, política e econômica. Além de promover uma maior empregabilidade dos jovens, o projeto foi criado com a missão de contribuir para que esses jovens tenham acesso à educação de qualidade e tornam-se mais autônomos, participativos e sujeitos da sua própria trajetória.

Nesse sentido, o projeto Plug Minas se faz importante no arcabouço das políticas públicas para juventude do Brasil e de Minas Gerais, que evoluíram no decorrer dos anos compreendendo os jovens como sujeitos de direitos, e protagonistas do desenvolvimento social. O projeto é constituído por 8 núcleos, nem todos em atividade no momento da pesquisa, que são unidades dirigidas por parceiros que atendem as diretrizes e perspectivas do Plug Minas, e ofertam diferentes tipos de atividades e cursos para os jovens, em diversas áreas. No decorrer no trabalho serão apresentados os núcleos e as suas principais características e atividades desenvolvidas

A avaliação de políticas públicas começa a ganhar relevância no final do século XX em um contexto marcado por crises sociais, políticas e econômicas, e também pelo surgimento de novos conceitos para a administração pública, definidos no modelo gerencialista de gestão. A partir disso, começa a surgir uma compreensão da necessidade de reconhecer o sucesso ou o fracasso das políticas públicas como ponto fundamental para a busca por um melhor desempenho da administração pública. Dentro do contexto da avaliação de políticas públicas, a avaliação de resultados do programa ou projeto social compreende uma investigação sobre os vários componentes de uma intervenção, abordando o cumprimento de seus objetivos e os resultados obtidos por meio dela. Nesse sentido, é notória a importância de realizar a avaliação de resultados no projeto Plug Minas, com vistas a verificar se o projeto alcançou as metas previstas e julgar seu valor dentro das políticas públicas do estado de Minas Gerais

O objetivo do presente trabalho é identificar efeitos do projeto Plug Minas a partir da percepção de seus beneficiários sobre as seguintes áreas de resultados do projeto: educação, trabalho e participação social. São consideradas as percepções de atuais alunos e egressos dos três núcleos: Valores de Minas, Núcleo de Empreendedorismo Juvenil (NEJ), e Núcleo de Criação e Design (NCD). Para isso, especificou-se os seguintes objetivos: identificar os objetivos, público alvo, recursos utilizados, ações realizadas pelos núcleos; identificar o perfil sociodemográfico dos beneficiários; identificar os resultados e efeitos alcançados com relação às dimensões de educação, trabalho e participação social; apontar os aspectos positivos e as limitações do projeto social avaliado e propor algumas melhorias.

A avaliação de resultados do projeto Plug Minas se justifica por três razões: duas de caráter mais acadêmico se relacionam com a própria relevância da avaliação de políticas públicas para o conhecimento da área e para a gestão governamental e com a necessidade de se desenvolver estudos sobre as políticas públicas de juventude. Uma terceira, de ordem mais normativa, se relaciona com o fato de o escopo do Plug Minas ressaltar a importância de se avaliar o desempenho dos núcleos que compõem o projeto.

No que se refere à relevância da avaliação de políticas públicas, é importante ressaltar que a partir da década de 1990, no bojo das reformas do Estado, o interesse governamental nos estudos avaliativos aumentou. Isto se deveu ao foco de muitas dessas pesquisas avaliativas estarem associadas a questões relativas à eficiência, efetividade e desempenho da gestão pública. Diante de um contexto de crise fiscal, avaliar para priorizar determinada política pública se faz ainda mais necessário (DUARTE, 2009).

Paralelamente a isso, considera-se que juventude é a qualidade legal do indivíduo com idade entre 15 e 29 anos, segundo o Estatuto da Juventude. Apesar dos avanços que a juventude vem conquistando, é certo que uma parcela dos jovens permanece sem acesso a direitos básicos, como saúde, educação, trabalho e cultura. No Brasil, apenas recentemente, as demandas da juventude entraram na agenda das políticas públicas, ganhando força a partir de 2005, por meio da implementação da Política Nacional de Juventude (PNJ) (SECRETARIA DE GOVERNO). Já no estado de Minas Gerais, essa pauta ganhou destaque por meio

da Área de Resultados Protagonismo Juvenil, inserida no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) 2007-2023. Dentro desse contexto, identificou-se um desafio quanto à qualidade do ensino público para os jovens, somadas às questões de empregabilidade para esse público, o que ensejou a criação do Plug Minas (CAMPOS E GUIMARÃES, 2009). Além disso, o documento “Replicando o Plug Minas” (2009, p.11), o qual contém as diretrizes para implementação e desenvolvimento do projeto, traz a recomendação explícita de se realizar a sua avaliação:

é indispensável que se avalie continuamente o desempenho dos núcleos no cumprimento de suas metas específicas e da missão do Centro, inclusive acompanhando externamente os resultados conquistados pelos jovens após conclusão de sua participação no Centro da Juventude.

Por seu modelo de gestão e estratégia pedagógica, o projeto possui características inovadoras e que estão inseridas num contexto amplo de mudanças na concepção das políticas públicas para juventude e de pensar o papel do Estado. Dessa maneira, para melhor compreender possíveis efeitos na vida dos jovens beneficiários do projeto, é necessário, portanto, compreender as concepções que fundamentam as políticas públicas para juventude, os conceitos e métodos que sustentam a avaliação de políticas públicas, e as diretrizes que compõem a base conceitual do Plug Minas. Para tanto, esse trabalho se divide em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais, descritos de forma sucinta abaixo.

No primeiro capítulo, serão discutidas as diferentes abordagens do conceito de juventude e seus respectivos desdobramentos nas políticas públicas, bem como a evolução da concepção de juventude como uma questão social, demonstrando os reflexos na constituição das políticas públicas para esse público tanto no Brasil quanto no estado de Minas Gerais.

No segundo capítulo, será abordado o conceito da avaliação, sua contextualização histórica e evolução no âmbito do setor público, bem como a sua importância e as questões envolvidas na sua utilização. Por fim, são explanados os tipos de avaliação, em especial a avaliação de resultados, que é o tipo de avaliação realizado por esta pesquisa.

O terceiro capítulo apresenta as informações a respeito do Plug Minas, no que se refere a sua concepção, as bases conceituais que fundamentam a sua

implementação, as suas diretrizes, os modelos de gestão executados desde a sua implementação até os tempos atuais, e as mudanças propostas pela a nova gestão do projeto. Ressalta-se que este capítulo traz informações detalhadas sobre os Núcleos em atividade no momento da pesquisa, que servem de referência para o entendimento dos dados da avaliação.

O quarto capítulo exhibe os resultados da pesquisa de avaliação, segundo a percepção dos alunos e egressos, além da caracterização socioeconômica dos jovens matriculados em 2019 e de outros aspectos investigação. O capítulo traz ainda uma síntese contendo as conclusões gerais da avaliação de resultados.

Ressalta-se que a autora integrou o Núcleo de Planejamento e Gestão do Plug Minas quando da realização de seu estágio supervisionado, cujo período foi simultâneo à elaboração deste trabalho, o que influenciou, inclusive, na escolha do tema. A integração com a equipe do projeto facilitou o acesso aos documentos institucionais, e a atuação no projeto proporcionou o contato com os alunos para aplicação de questionários e o contato com os egressos entrevistados. Embora o envolvimento com as atividades do projeto influenciem na visão que dele se tem, vale ressaltar que se buscou, em todo processo, ater-se às informações fornecidas pelos jovens por meio da pesquisa, na tentativa de alcançar o máximo de imparcialidade possível. Portanto, espera-se, com esse trabalho, trazer uma análise sobre os efeitos vivenciados pelos jovens, e provocar um movimento reflexivo da equipe de gestão do projeto sobre as suas práticas e sobre a necessidade de aprimorá-las ou replicá-las para outros núcleos. Também se espera identificar alguns pontos críticos que dificultem o alcance dos objetivos do projeto, apontando possíveis alternativas para sua superação.

2 JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS

Este capítulo apresenta as diferentes abordagens do conceito de juventude e seus respectivos desdobramentos nas políticas públicas, e a evolução da concepção de juventude como uma questão social, demonstrando os reflexos na constituição das políticas públicas para esse público alvo tanto no Brasil quanto no estado de Minas Gerais.

2.1 Concepções de Juventude

No final do século XX, ampliava-se as diferentes concepções sobre juventude, principalmente quanto ao reconhecimento de que a juventude vai além da adolescência, tanto do ponto de vista etário quanto das questões que a caracterizam, e de que as ações e projetos voltadas a esse grupo exigem outras lógicas, além da proteção garantida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (ABRAMO 2005).

Abramo (2005) apresenta diferentes paradigmas nas políticas de juventude, que podem ser explicadas por meio de quatro diferentes abordagens: a juventude como período preparatório, a juventude como etapa problemática, o jovem como ator estratégico de desenvolvimento, e a juventude cidadã como sujeito das políticas. Na primeira abordagem, a juventude se apresenta como etapa de transição entre a infância e a idade adulta, gerando políticas focadas na preparação para a vida adulta, sendo a educação a política por excelência, principalmente no que tange à oferta educativa, o esporte e o lazer como políticas complementares se referindo ao uso do tempo livre pelos jovens. Na segunda abordagem, o sujeito juvenil é apresentado a partir dos problemas que ameaçam a ordem social ou o déficit nas manifestações de seu desenvolvimento. As questões que emergem são aquelas relativas a comportamentos de risco e transgressão. Tal abordagem gera políticas de caráter compensatório, e com foco naqueles setores que apresentam as características de vulnerabilidade, risco ou transgressão (normalmente os grupos visados se encontram na juventude urbana popular). Os setores que mais desenvolveram ações sob tal paradigma são os da saúde e justiça – ou segurança social - (a partir de questões tais como gravidez precoce, drogadição, dst e AIDS,

envolvimento com violência, criminalidade e narcotráfico). Por outro lado, a terceira abordagem que apresenta a visão do jovem como ator estratégico do desenvolvimento, está orientada à formação de capital humano e social para enfrentar os problemas de exclusão social aguda que ameaçam grandes contingentes de jovens e atualizar as sociedades nacionais para as exigências de desenvolvimento colocadas pelos novos padrões mundiais. Nesse sentido, esta abordagem as políticas são voltadas à formação educacional e de competências no mundo do trabalho, já que existe o reconhecimento dos jovens como atores dinâmicos da sociedade e com potencialidades para enfrentar os desafios colocados pelas inovações tecnológicas e transformações produtivas. Por fim, na quarta abordagem a juventude é compreendida como etapa singular do desenvolvimento pessoal e social, e os jovens passam a ser considerados como sujeitos de direitos, e deixam de ser determinados por suas incompletudes ou desvios.

O quadro a seguir apresenta cada uma das abordagens sobre juventude, juntamente com a visão sobre o jovem/ a juventude predominante em cada abordagem e o tipo de política pública que foi acionada por cada uma dessas abordagens:

Quadro 1- Abordagens sobre a juventude e as respectivas políticas públicas sensibilizadas por elas.

Abordagem	Concepção	Principal política pública desenvolvida
Juventude como período preparatório	a juventude se apresenta como etapa de transição entre a infância e a vida adulta.	política educacional, complementada por programas de esporte e lazer
Juventude como etapa problemática	o jovem é visto a partir dos problemas que ameaçam a ordem social ou por meio do seu desenvolvimento deficitário que leva a comportamento de risco e transgressão social.	saúde e segurança/seguridade social
O jovem como ator estratégico de desenvolvimento	visão do jovem orientada à formação de capital humano e social.	formação educacional e de competências para o trabalho
Juventude cidadã como sujeito das políticas	a juventude é compreendida como etapa singular do desenvolvimento pessoal e social.	políticas intersetoriais, universais, que trazem noções de cidadania, e a capacidade do jovem de contribuição social e participação do jovem

Fonte: Elaboração própria com base em Abramo (2005).

A juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação. Mesmo que exista uma condição universal dada pelas transformações ocorridas no indivíduo numa determinada faixa etária, nas quais completa o seu desenvolvimento físico e enfrenta mudanças psicológicas, é importante considerar que a forma como cada sociedade, em um tempo histórico determinado, e, cada grupo social vão lidar com esse momento e representá-lo é muito diversificada. Essa diversidade se concretiza com base nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias, identidades religiosas, valores) e de gênero, e também das regiões geográficas, dentre outros aspectos (DAYRELL 2003)

Ainda, Dayrell (2003) traz o entendimento da juventude como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um:

A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona. Assim, os jovens pesquisados constroem determinados modos de ser jovem que apresentam especificidades, o que não significa, porém, que haja um único modo de ser jovem nas camadas populares. É nesse sentido que enfatizamos a noção de juventudes, no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existentes. Assim compreendida, torna-se necessário articular a noção de juventude à de sujeito social (DAYRELL 2003, p.42).

2.2 A juventude como questão social

No mundo contemporâneo, a juventude mostrou-se como questão social por meio de duas abordagens principais, sendo, por um lado, pela via dos “problemas”, centrado nos aspectos de delinquência, o comportamento de risco e a drogadição, e por outro lado foi tematizada como “fase transitória para a vida adulta”, que traduz a perspectiva de preparar o jovem para ser um adulto socialmente ajustado e produtivo. Na abordagem como “etapa problemática”, forma-se o entendimento de que são necessárias medidas de enfrentamento por parte da sociedade e do poder público, com objetivo de promover ações de controle social tutelar e repressivo para com esse grupo etário. Paralelamente a isso, considerando a juventude como “fase preparatória da vida”, emerge, então, a exigência de esforço coletivo, principalmente da família e da escola, com o objetivo de propiciar a

“incorporação pelo jovem dos elementos socioculturais que caracterizam os papéis típicos do mundo adulto”. (AQUINO 2009, pág. 24).

No entanto, esse contraste entre juventude e ordem social, tem sido limitado pelo aparecimento de novos fenômenos sociais que chamaram a atenção para outros aspectos relativos aos jovens. O primeiro destes fenômenos, chamado de “onda jovem”, surge nas décadas finais do século XX trazendo a identificação do crescimento significativo do grupo jovem nas mudanças na estrutura da distribuição etária da população. A partir dessa constatação, a conotação problemática do jovem perde força e emerge um enfoque da juventude como *ator estratégico de desenvolvimento*, exigindo a intensificação de investimentos na área de educação com a finalidade de acúmulo do “capital humano” pelos jovens, além da necessidade de adotar recorte geracional nas políticas públicas e incentivar a participação política da juventude, direcionando à noção de *protagonismo jovem*. (AQUINO 2009)

Entretanto, ainda no final do século XX, a crise do emprego, um fenômeno em escala mundial, abateu as economias desenvolvidas, atingindo o Brasil nos anos 1990, e ameaçou a incorporação do contingente de jovens saídos do período escolar no mercado de trabalho. Dentro desse contexto, percebe-se a configuração de duas grandes tendências entre os jovens: aqueles de origem social privilegiada postergam a busca por colocação profissional, enquanto continuam podendo estender sua formação educacional, o que contribui também para uma inserção profissional mais favorável no futuro; por outro lado existem aqueles que têm o trabalho como realidade imposta frente às necessidades de sobrevivência, e por muitas vezes se submetendo a empregos de qualidade ruim. Essas duas tendências marcam a segregação social acentuada nesse grupo populacional, embora a crise no emprego seja prejudicial em ambos, ocasionando uma tendência de prolongamento da juventude. (AQUINO 2009)

Ao longo da década de 1990, tem início uma mobilização social e política de jovens a qual traz o enfoque da compreensão dos jovens como sujeitos de direitos, e não mais estabelecidos “por suas incompletudes ou desvios”, mas por suas especificidades e necessidades, que passam a ser reconhecidas no espaço público como demandas cidadãs legítimas (ABRAMO, 2005b apud AQUINO, 2009). Nesse cenário, surgem espaços de interação e convivência da juventude que ganham relevo à medida que preenchem o espaço vazio deixado pela inadequação

das instituições tradicionais, principalmente da escola, diante das demandas e interesses dos jovens. Por meio dessa mobilização, destacam-se alternativas de reivindicar reconhecimento, e de inserção nas esferas da vida social, o que contribuiu para uma valorização positiva do jovem. Nesse contexto em que a juventude se apresenta como uma questão social relevante se inicia uma importante discussão acerca dos desafios que se apresentam tanto para a sociedade brasileira quanto para o poder público em relação à atenção aos jovens. (AQUINO 2009).

Consoante com a evolução das temáticas sociais da juventude, surge uma questão que merece atenção, o que alguns autores denominam como *projetos de futuro da juventude*. Dayrell (1999), explica que:

[...] projeto de futuro é um processo de aprendizagem que implica o amadurecimento da capacidade de integrar o passado, o presente e o futuro, bem como as condições objetivas e subjetivas, e que articula a unidade e a continuidade de uma biografia individual. (DAYRELL, 1999 apud DAYRELL e ALVES, 2015, p. 378).

Dayrell e Alves (2015) ainda explicam que a abordagem a respeito de projetos de futuro não pode se limitar a falar em profissão. Afinal, a vida não se resume a trabalho. Falar em projetos de futuro é mais amplo, porque, além da vida profissional, também é preciso problematizar outras dimensões da condição humana, como as escolhas afetivas, os projetos coletivos e as orientações subjetivas da vida individual.

Dentro desse contexto, Dayrell, Leão e Reis (2011) consideram que o jovem, a princípio, torna-se capaz de refletir e de se ver como um indivíduo que participa da sociedade, recebendo e exercendo influências, fazendo deste o momento por excelência do exercício de sua inserção social. Esse período pode ser crucial para que ele se desenvolva plenamente como adulto e cidadão, sendo necessários tempos, espaços e relações de qualidade que possibilitem experimentar e desenvolver suas potencialidades. É no desenvolvimento dessas potencialidades que o projeto Plug Minas é capaz de atuar influenciando os projetos de futuro dos jovens atendidos.

2.3 O jovem como foco das políticas públicas no Brasil

Considera-se política pública todo conjunto sistemático de ações e procedimentos inter-relacionados, publicamente adotado por autoridade governamental com o propósito de lidar rotineiramente com algum tema específico (REIS, 2010). Dentro desse contexto, as políticas públicas para juventude no Brasil apresentaram evoluções importantes, na medida em que, até a década de 1990 existiam apenas normatizações que tratavam de questões relativas à adolescência e juventude, e partir desse período surgem os primeiros desenhos de políticas focadas em intervenções para esse público-alvo.

De acordo com Menicucci e Brasil (2010), determinados fenômenos sociais se tornam problemas e como determinadas compreensões desses problemas emergem para guiar o processo de definição de políticas, e como novas ideias, que passam a ser tematizadas em uma esfera pública, em contexto favorável a mudanças podem se tornar influentes e configurarem uma agenda alternativa capaz de levar a alterações institucionais a partir da mobilização de uma rede de atores. Dessa maneira se deu o reconhecimento da juventude como uma questão social, com uma posterior inclusão dessa temática na agenda política e assim a elaboração de políticas públicas focadas neste grupo.

Com o aparecimento de grupos e organizações juvenis com atuações diversas, tanto da vida estudantil, político-partidária e cultural, quanto da vida comunitária, das estratégias inovadoras de geração de renda, entre outros campos, iniciou-se o reconhecimento das questões específicas que afetam os jovens, e resultou na demanda pela formulação de políticas específicas para a juventude:

Do diálogo destes grupos com os poderes públicos, os movimentos sociais, os partidos políticos, as organizações não governamentais (ONGs) e outros atores estratégicos, configurou-se uma agenda que busca ir além das ações tradicionais. Conceitualmente, estas “políticas de juventude” associam os aspectos de proteção social com os de promoção de oportunidades de desenvolvimento: de um lado, visam à garantia de cobertura em relação às várias situações de vulnerabilidade e risco social que se apresentam para os jovens; de outro, buscam oferecer oportunidades de experimentação e inserção social múltiplas, que favoreçam a integração social dos jovens nas várias esferas da vida social. (AQUINO, 2009, p.36)

Além disso, a concepção de que os jovens estão em situação de especial vulnerabilidade, orientou a maior parte das políticas públicas para juventude nas últimas décadas. Como já citado anteriormente, a juventude é vista, geralmente, como um período de transição para a fase adulta, ao longo do qual deve-se alcançar alguns resultados como concluir os estudos, se inserir no mercado de trabalho e tornar-se independente economicamente. No entanto, essa transição é um momento marcado por muitos conflitos, gerados por diversas razões, dentre elas as questões socioeconômicas, e acentua a dificuldade dos jovens, principalmente os de baixa renda, completar os estudos, ingressar no mercado de trabalho de qualidade e alcançar sua autonomia. Ainda, os jovens também estão mais expostos à violência e os índices de mortalidade por homicídio são maiores na faixa etária de 15 a 29 anos.(BARBOSA, 2012).

Diante disso, entende-se que para tentar reduzir essas vulnerabilidades é preciso que existam oportunidades para os jovens. Segundo Filgueira (1999) apud Barbosa (2012), as estruturas de oportunidades funcionam para mobilizar os ativos essenciais à superação da situação de vulnerabilidade. Ainda, Gita Sen (1997) apud Barbosa (2012) completa que a vulnerabilidade social é acompanhada de uma dimensão psicossocial, referente às capacidades de autoexpressão, autoestima e autoconfiança, as quais são essenciais para que o indivíduo possa usufruir das oportunidades oferecidas a ele. Dessa maneira, é papel do Estado, por meio das políticas públicas, promover oportunidades e o fortalecimento dessas habilidades psicossociais. O projeto estudado se destaca por se preocupar tanto com as oportunidades, quanto com a dimensão psicossocial da proposta para os jovens, como será possível entender nas seções seguintes.

Embora existam avanços em relação à tematização social da juventude no Brasil e, conseqüentemente, à formulação de políticas públicas, os agentes sociais ainda possuem uma capacidade reduzida de gerar um entendimento mais amplo e aprofundado acerca do público alvo, principalmente no que se refere às suas características, suas questões e modos de lidar com as situações de dificuldade. Com isso, os jovens continuam com uma visibilidade ainda prejudicada dentro das ações e programas públicos, contaminados com a sensação de que as dificuldades para com esse público seja devido à características “problemática” dessa fase da vida. Por isso, é preciso ressaltar aquelas políticas que se baseiam na

ideia de *protagonismo juvenil*, e ainda se apresentam como exceção nesse cenário ao buscarem desenvolver atividades que colocam os jovens como colaboradores e participantes ativos dos processos educativos.

2.4 A política para juventude no Brasil

No cenário internacional, a formulação de políticas para a juventude ganhou sentido a partir dos anos 80, principalmente devido ao estímulo de instituições como a CEPAL e ONU. Já no Brasil nunca houve uma prática de políticas voltadas especificamente aos jovens de forma diferenciada do que se fazia para o público infantil, e para além da educação formal. Apenas a partir da década de 1990 pode-se observar a preocupação dos atores responsáveis pela formulação de políticas para o público jovem. (ABRAMO, 1997).

A política de juventude no Brasil possui um percurso de evolução marcado pelos diversos papéis desempenhados pelo jovem, na perspectiva do governo e da sociedade. Conforme afirma Sposito, histórica e socialmente, a juventude tem sido associada a determinados “problemas sociais”, mas o modo de apreensão de tais problemas também mudou. Em geral, percebe-se um duplo recorte, etário e socioeconômico, que delimitam o formato de concepção das políticas públicas. (SPOSITO; CARRANO, 2003). “Até a década de 1990, não havia políticas destinadas especificamente a esse grupo e ainda assim, a maioria das políticas criadas posteriormente se atenta apenas para os menores de idade, que não contemplam a totalidade da juventude”. (SPOSITO apud SPOSITO; CARRANO, 2003). Abramo (1997) confirma este panorama, e explica que a maior parte dos programas desenvolvidos para a juventude no Brasil, destinavam-se a realizar atendimento para adolescentes em situação de “desvantagem social” ou de “risco”, e dividiam-se em dois grandes grupos, que são os programas de ressocialização, que podiam acontecer por meio de educação não-formal, oficinas ocupacionais, atividades de esporte e “arte”, e os programas de voltados para a capacitação profissional e encaminhamento para o mercado de trabalho. Ainda, Aquino (2009) reforça a ideia de que observa-se, tradicionalmente, que as ações se concentravam nas áreas de educação e emprego quando o enfoque é a juventude como fase preparatória da vida, ou nas áreas de saúde e segurança pública quando o enfoque é a juventude como etapa crítica, sendo que nas duas perspectivas essas ações se

estruturam como estratégia de atuação da sociedade para orientar a formação dos jovens e minimizar seu envolvimento em situações de “risco”.

Dentro desse contexto, há diferentes enfoques estratégicos e metodologias que as políticas de juventude podem apresentar. Considerando que pode haver a adoção de um ou mais modelos, as principais abordagens são: os jovens como “grupo de risco”; os jovens como sujeitos de direito; os jovens como atores estratégicos no desenvolvimento; os jovens, a construção do capital social e o seu “empoderamento”. Analisando as políticas públicas de juventude no Brasil, estas podem ser definidas, de maneira geral, como um “conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos”, contrapondo à ideia de “problemas políticos”, a expressão de “estado de coisas” (RUA apud SPOSITO; CARRANO, 2003, p. 731). Nesse sentido, somente quando alcançam a condição de problemas de natureza política e ocupam a agenda pública, alguns processos de natureza social abandonam o “estado de coisas”. Assim ocorreu com as políticas públicas destinadas aos jovens no Brasil, que até ao final dos anos 1990, tenderam a permanecer muito mais como “estado de coisas”, na medida em que existiam apenas normas e leis que tratavam de questões relativas à adolescência e juventude, do que como problemas de natureza política, os quais demandam atuação do Estado na produção de políticas públicas (SPOSITO; CARRANO, 2003)

Antes da década de 1990 no Brasil os jovens são abrangidos por políticas sociais destinadas a todas as demais faixas etárias, e tais políticas não estariam sendo orientadas pela ideia de que os jovens representariam o futuro em uma perspectiva de formação de valores e atitudes das novas gerações.

A primeira legislação específica sobre jovens e adolescentes no Brasil é o Código de Menores (1927), considerado o marco inicial da ação do Estado na elaboração das políticas públicas de juventude. Destinado à garantia da ordem social, o Código se preocupava com o “saneamento social” de sujeitos indesejáveis, reproduzindo a lógica hegemônica de que as políticas de juventude deveriam preparar o jovem para ser adulto. Em 1940, o presidente Getúlio Vargas instituiu a obrigatoriedade da educação moral, cívica e física da infância e da juventude (Decreto-Lei nº 2.072/1940). Visando à formação da consciência patriótica, a medida reflete a convivência entre repressão e controle social e a manutenção da regência

do processo de definição de políticas públicas de jovens a cargo dos adultos (CARVALHO, 2006).

O reconhecimento da criança e do adolescente como prioridade nacional foi uma conquista dos movimentos sociais, cujas primeiras mobilizações ocorrem entre os anos 1970 e 1980. Ao final da década de 1980, também apareceram as 45 primeiras políticas públicas de juventude. As ações se encontravam na área da saúde, com foco na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, acidentes de trânsito e gravidez precoce. (SPOSITO; CARRANO, 2003)

Na direção da mobilização democrática da sociedade brasileira, a Constituição Federal de 1988 instaurou um novo ordenamento legal pautado nos direitos humanos e na cidadania. A partir da Constituição de 1988, surgiram canais de participação da sociedade civil na formulação e na gestão das políticas públicas em áreas relacionadas com os sistemas de garantia de direitos e proteção de crianças e adolescentes. Os desenhos da ação política de cunho social são decorrência, nesta época, em grande parte de conflitos que se instalam na esfera pública, e que passam a firmar no âmbito do Estado sua presença. (SPOSITO e CARRANO, 2003)

Além disso, as aberturas democráticas tiveram os jovens como principais protagonistas. Por meio de suas participações em revitalizantes movimentos estudantis, partidos políticos e movimentos sociais os jovens desempenham um papel importantíssimo em prol do retorno da democracia. (BANGO, 2003 apud CARVALHO, 2006).

Em 1990, marcando avanços em relação às intervenções públicas para a juventude, foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que estabelece os mecanismos de defesa, promoção e controle dos direitos da criança e do adolescente, reconhecendo-os como cidadãos de direito. A partir do ECA, o paradigma do menor em situação irregular foi substituído pela proteção integral aos adolescentes em conflito com a lei. Contudo, ainda que o ECA atenda apenas uma parcela da juventude, a medida foi fundamental para o aumento da visibilidade e atenção das políticas públicas voltadas para esse segmento. (SPOSITO; CARRANO, 2003).

Durante a década de 1990, a agenda pública de juventude se inseriu na política de segurança pública, na pauta do consumo de substâncias ilícitas e lícitas. Essa vinculação partiu do aumento relevante dos homicídios de jovens (ou por eles cometido) e o crescimento das redes de narcotráfico. Contudo, há um questionamento quanto à forma como a criminalidade atravessou o debate sobre políticas públicas para os jovens, diante do clamor público ao combate à violência e dos indicadores sociais: Sob a égide da segurança pública foi criado o Programa do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, sob o controle de um general do exército, constituiu um claro simbolismo da “guerra” que deveria se travar pela salvação da juventude das garras do crime, do tráfico e da violência. (SPOSITO; CARRANO, 2003, p. 30). A percepção dominante que associava a juventude à violência influenciou a maioria das ações. Somado a isso, é importante destacar que boa parte das iniciativas orientava-se para “o controle social do tempo livre dos jovens e destinados particularmente para os moradores dos bairros pobres das grandes cidades”.(CASTRO,AQUINO e ANDRADE ,2009,p. 49). Essa situação é corroborada por Abramo (1997), que questiona o fato de que boa parte dos programas, embora bem intencionados, busca, de forma implícita ou explícita, trabalha com uma contenção do risco real ou real desses indivíduos, seja por meio do seu “afastamento das ruas” ou pela ocupação de “suas mãos ociosas”, sem que haja uma preocupação com a formação integral do jovem, incluindo aspectos referentes à formação para a cidadania.

Além disso, acredita-se que a emergência de políticas públicas de juventude na esfera federal ocorreu a partir de 1997, quando a opinião pública se sensibilizou sobre a pauta da juventude, após o assassinato do índio pataxó, Galdino Jesus dos Santos, que foi incendiado enquanto dormia em uma parada de ônibus, por cinco jovens de classe média, em Brasília. 27 Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Ao analisar os caminhos percorridos pelas políticas públicas federais de juventude entre 1992 e 2002, parece haver um consenso incipiente em torno da necessidade de ações destinadas aos segmentos juvenis da sociedade brasileira, por parte do Estado. Também é possível constar a frágil institucionalidade das políticas federais de juventude, que se expressa em ações desarticuladas e sobrepostas em projetos com objetivos, público-alvo e área geográfica de atuação

comum. A partir de 2003, a política de juventude seguiu um novo rumo. (SPOSITO e CARRANO 2003)

Em 2003, a temática avançou, entrando na área de política de trabalho, com o desenvolvimento do Programa Nacional do Primeiro Emprego (PNPE). No mesmo período, destacam-se a criação do Grupo Interministerial de Juventude, pelo Governo Federal e; a Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude, pela Câmara dos Deputados. Já em 2005, foi instituída a Lei nº 11.129, que cria a Secretaria Nacional de Juventude, o Conselho Nacional de Juventude (CNJ) e institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Após a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o tema da juventude prosseguiu efetivamente como preocupação do governo federal. Assim, buscaram-se caminhos adequados para o desenvolvimento das políticas públicas de juventude, por meio da criação de novos âmbitos de debate e formulação de ações sobre a pauta; e do fortalecimento dos mecanismos de participação juvenil. (SPOSITO e CARRANO 2003).

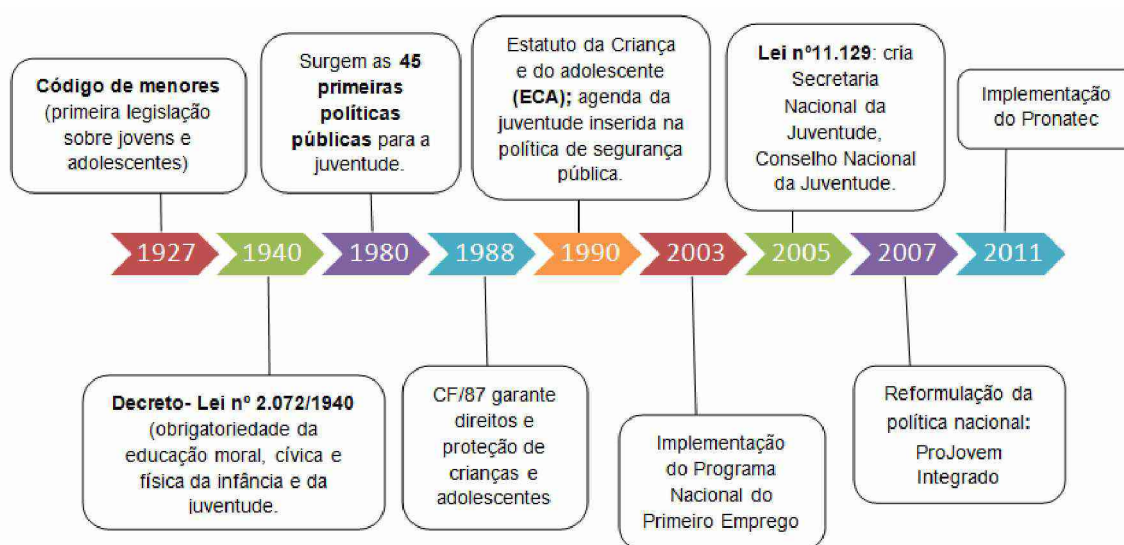
A partir da implementação da Política Nacional de Juventude (PNJ) em 2005, os jovens passaram a ser considerados sujeitos de direitos. Além disso, a proposta do Plano Nacional de Juventude, construída a partir de um grande debate nacional com os segmentos jovens, propôs uma política pública com o enfoque no jovem como ator social estratégico do desenvolvimento. Apesar dos diversos avanços promovidos na política de juventude, há um reconhecimento generalizado de que são muitos os seus desafios. O principal desafio é a sua transformação em uma política pública de Estado (e não de governo), sendo garantida sua continuidade, independentemente da vontade do governante que esteja no poder. Para tanto, se mostra necessária a participação da sociedade civil no processo de formação da política (SILVA E SILVA, 2011).

Já em 2007, a partir da avaliação dos resultados obtidos nas diversas frentes de atuação, propôs-se a reformulação da política nacional, com a finalidade de ampliar a integração entre as ações de caráter emergencial e destas com as ações vinculadas às áreas de educação, saúde, esporte e cultura, bem como de aumentar sua escala de cobertura para todo o universo de jovens brasileiros socialmente excluídos – agora incluindo os jovens de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental, não trabalham e vivem em domicílios com renda per capita de até meio SM. A No entanto, essa reformulação não implicou a extinção

ou readequação das ações anteriores, já que estas foram abrigadas sob a autenticação de um único programa – o ProJovem Integrado –, com gestão compartilhada entre a Secretaria Nacional da Juventude e os ministérios diretamente envolvidos.(AQUINO, 2009).

Em 2011, o governo federal lançou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), que marca a proposta de ações governamentais voltadas para a inserção de jovens no mercado de trabalho, por meio da expansão, interiorização e democratização da oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio, e de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores. Além disso, o direito à meia-entrada e à meia passagem interestadual para jovens estudantes e de baixa renda foi regulamentado por meio do ID Jovem, elaborado em 2014 e implementado em 2015

Figura 1 – Linha do tempo das políticas para juventude no Brasil



Fonte: Elaboração própria baseado em: Sposito e Carrano (2003); Silva E Silva (2011); Carvalho(2006); Aquino (2009).

2.5 Políticas públicas para a juventude em Minas Gerais

No estado de Minas Gerais, as políticas pensadas para a juventude foram iniciadas na década de 80. Em 1987 foi criado, por meio do Decreto nº 27.000, o Conselho Estadual da Juventude, destinado a promover a integração do jovem no processo político mineiro e nacional. Dentre as competências estabelecidas para o

Conselho estavam a de organizar a participação da juventude nos programas do Governo do Estado de Minas Gerais e promover reuniões entre lideranças políticas, sindicais, estudantis e líderes jovens de Associações de Moradores, das várias regiões do Estado, para tratar de assuntos relativos às aspirações e reivindicações da juventude mineira. Essa iniciativa tem caráter inovador não apenas por ser a primeira lei voltada para juventude, mas por abrir na legislação e na esfera pública um espaço para a participação do jovem na concepção das políticas a eles destinadas, ainda que grande parte da sua participação no conselho tenha caráter apenas consultivo (BARBOSA, 2012).

Já na década de 1990, no ano de 1991, foi publicada a lei 10.501, que dispõe sobre a política estadual dos direitos da criança e do adolescente e cria o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. A lei foi uma resposta à lei federal 8.060, publicada em 1990, para dispor sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e seu objetivo foi estabelecer as diretrizes para o atendimento, em âmbito estadual, para esse público que deveria ocorrer por meio de políticas sociais que garantissem o seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social. Ao Conselho caberia, de acordo com a lei, formular a política estadual dos direitos da criança e do adolescente, fixando prioridades para a consecução das ações, a captação e a aplicação de recursos, além de zelar pela integração dos órgãos estaduais responsáveis pela execução da política e pela busca de cooperação de entidades não governamentais. O Conselho foi criado na estrutura orgânica da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, uma vez que ainda não havia no Estado uma Secretaria com foco em juventude (BARBOSA, 2012).

Em 1995 foi criada a Secretaria de Estado da Criança e do Adolescente, que tinha como objetivo “coordenar e executar as ações do Governo do Estado destinadas a cumprir e fazer cumprir, no que se refere aos direitos da população infanto-juvenil, o 32 disposto nas Constituições Federal e Estadual, na Convenção Internacional dos Direitos da Criança”. (Lei 11.819 de 31/03/1995, Assembleia Legislativa de Minas Gerais). As principais competências da Secretaria eram participar da formulação da política estadual de atendimento, promoção e defesa dos direitos desse público alvo, apoiar programas de ação social especializada para a aplicação das medidas socioeducativas determinadas pela Justiça da Infância e da Juventude aos adolescentes em conflito com a lei, executar de maneira supletiva as

medidas de proteção a pessoas dessa faixa etária e promover e apoiar o treinamento de adolescentes considerados carentes e seu encaminhamento para o trabalho. A Secretaria absorveu as funções da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – FEBEM, que ficou extinta a partir de então (BARBOSA, 2012).

É importante ressaltar que, embora as leis 10.501/91 e 11.819/95 tenham sido uma das primeiras políticas voltadas para a juventude, essas não podem ser consideradas ainda como políticas específicas para a juventude, uma vez que incluíam em seu público alvo as crianças, não fazendo distinção entre essas e os adolescentes, da mesma forma que ocorreu a níveis nacionais, como mencionado anteriormente. Além disso, não abrangia a faixa etária de 18 a 24 anos, também considerada como jovem pela Organização das Nações Unidas.

A partir do final do século XX, o paradigma das políticas públicas para juventude se alterou no Estado de Minas Gerais. Já no século XXI, em 2011, por meio da lei delegada 181/2011 criou-se a Subsecretaria da Juventude, na estrutura da Secretaria de Estado de Esportes e Juventude, e o decreto 45.814/2011 veio a definir suas competências, como sendo “planejar, dirigir, executar, controlar e avaliar as atividades setoriais a cargo do Estado que visem ao desenvolvimento social, por meio de ações relativas ao esporte, ao lazer e ao protagonismo juvenil” (DECRETO 45.814/2011). A subsecretaria foi criada a partir da constatação da necessidade de se haver uma instância destinada a pensar políticas com foco exclusivo na juventude, pois a Secretaria de Esportes e Juventude abrange, além dos jovens, outras faixas etárias. Ao analisar as atribuições desta subsecretaria, observa-se que há uma coexistência de ações de ressocialização, representadas, principalmente, por atividades de esporte, com ações de capacitação e ações voltadas para a garantia dos direitos dos jovens e o fortalecimento da cidadania, ou do protagonismo, que é o termo mais usado no decreto. Entretanto, há uma forte predominância das ações de ressocialização, que estão representadas pelas ações voltadas para o estímulo à prática desportiva, à ampliação das estruturas destinadas ao esporte e à promoção do acesso a esses serviços. Recorre-se à ideia de esporte como forma de controle do tempo livre e medida socioeducativa e de inclusão social, o que remete à primeira abordagem trazida no Quadro 1 a partir das concepções teóricas de Abramo (2005), que apresenta a juventude como etapa preparatória para a vida adulta e existe a preocupação com a ocupação do tempo livre dos jovens. As

ações destinadas ao fortalecimento do protagonismo juvenil são citadas de maneira difusa e não parece haver uma clareza quanto às iniciativas a serem implementadas nesse sentido. Além disso, o conceito de protagonismo convive com o de vulnerabilidade, confirmando as análises de Spósito e Carrano (2003) de que políticas de cunho assistencialista convivem com políticas voltadas para o fortalecimento da cidadania. Um dos programas estaduais para juventude de maior relevância é o Poupança Jovem, implementado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE, no ano de 2007. O Poupança Jovem é parte do Programa Jovens Mineiros Protagonistas, que tem como objetivo desenvolver políticas públicas com ação conjunta entre diversos órgãos do governo e a sociedade civil, tendo os jovens como atores estratégicos. Seu objetivo principal é diminuir as taxas de abandono / evasão escolar e aumentar os índices de conclusão dos jovens no ensino médio, mas propõe uma atuação em quatro eixos: formação escolar, formação profissional, formação cidadã e formação cultural.

Posteriormente, é possível observar o aparecimento de diretrizes estratégicas que fizeram da juventude uma grande aposta para o desenvolvimento do estado de Minas Gerais, organizadas em três projetos da Área de Resultados Protagonismo Juvenil, inserida no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) 2007-2023 e no modelo de gestão denominado Estado para Resultados, sendo eles: Poupança Jovem, Programa de Educação Profissional (PEP) e PlugMinas (CAMPOS E GUIMARÃES,2009).

Nesse período, identificou-se um desafio quanto a qualidade do ensino público para os jovens somadas às questões de empregabilidade para esse público, o que ensejou nova necessidade de desenvolver políticas voltadas para a juventude. Dentro desse contexto, a janela de oportunidade para esse tipo de política e acordo com objetivos de desenvolvimento do estado se apresenta, na medida em que iniciativas de ampliação da educação e do capital humano dos jovens no presente garantirão uma PEA com maior produtividade, bem como um Estado mais atrativo, dado a qualificação de sua mão-de-obra, além dos avanços desejados na equidade e desenvolvimento social, o que remete à terceira abordagem apresentada no Quadro 1 que apresenta o jovem como ator estratégico de desenvolvimento e focaliza a política público no sentido de desenvolver o capital humano e social na juventude (CAMPOS E GUIMARÃES,2009).

Nos três programas estudados, a diretriz fundamental é a de que os jovens devem ser protagonistas do seu próprio futuro. Essa diretriz pode ser traduzida na afirmação: “A educação de um jovem é, em primeiro lugar, responsabilidade dele próprio e, em segundo lugar, dos seus educadores”.(COSTA; COSTA; PIMENTEL, 2001, p. 11 apud CAMPOS E GUIMARÃES 2009). Isso significa que os objetivos apresentados preveem a ação do Estado, em parceria com a sociedade civil organizada, em busca dessa ação emancipatória e protagônica da juventude. Estes objetivos demonstram uma tendência das políticas públicas em consonância com a quarta abordagem apresentada no Quadro 1 que compreende o jovem como cidadão sujeito das políticas públicas. Para o cumprimento desse objetivo geral, buscam-se quatro resultados finalísticos: aumentar a taxa de conclusão do ensino médio; aumentar o número de jovens participantes da Aliança Social Estratégica pela juventude; reduzir a taxa de homicídios entre jovens de 15 a 17 anos; e aumentar a taxa de escolarização dos jovens de 15 a 17 anos. Para que esses resultados sejam materializados, o estado de Minas Gerais utiliza-se de políticas públicas específicas para a juventude: Poupança Jovem, Minas Olímpica, Programa de Educação Permanente (PEP) e Plug Minas. (CAMPOS e GUIMARÃES 2009).

No ano de 2016, a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE), por meio da Superintendência de Programas Especiais (SPE), elaborou o Programa Juventudes que tinha como objetivo geral “contribuir para a emancipação, a autonomia e a inclusão social e produtiva de jovens em situação de vulnerabilidade e risco social e produtiva de jovens em situação de vulnerabilidade e risco residentes em municípios do estado de Minas Gerais” (MINAS GERAIS, 2016). Para alcançar seus objetivos, o Programa Juventudes desenvolveu o Projeto Tramos - Promoção da Inclusão Produtiva Jovem e o Projeto Mosaicos - Formação para Interlocução Jovem. O Projeto Tramos buscou criar e ofertar possibilidades de profissionalização e empreendedorismo para os jovens residentes nas regiões priorizadas pelo Programa Juventudes, enquanto o Projeto Mosaicos se propôs a aprimorar a oferta de ações e serviços voltados para a promoção e proteção do público jovem por meio de seus trabalhadores.

Figura 2 – Linha do tempo das políticas para juventude em Minas Gerais



Fonte: Elaboração própria baseado em: BARBOSA (2012) e CAMPOS e GUIMARÃES (2009)

Tendo em vista as questões que cercam as políticas públicas para a juventude, e ao analisar a evolução dessas políticas no Brasil e em Minas Gerais, percebe-se que, apesar dos avanços nas políticas para esse grupo, marcados principalmente do reflexo na prática da mudança nas abordagens da juventude, que passa de uma fase de transição e problemática para um período da vida com grande potencial econômico e social, ainda existem gargalos para o enfrentamento das vulnerabilidades que ainda afetam os jovens, como os problemas de acesso à educação de qualidade, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Estes desafios ensejam e motivam a criação do projeto em estudo, o Plug Minas, é concebido exatamente com objetivo de gerar efeitos positivos nas áreas de educação, trabalho e participação social na vida dos jovens, como será apresentado nas seções seguintes.

3 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: conceitos e tipologias

Este capítulo apresenta o conceito da avaliação e sua contextualização histórica e evolução no âmbito do setor público, bem como a importância da avaliação de políticas públicas e as questões envolvidas na sua utilização. Por fim, são explanados os tipos de avaliação, em especial a avaliação de resultados que é objeto desta pesquisa.

3.1 Contextualização histórica sobre a avaliação de políticas no setor público

O final do século XX foi marcado por crises sociais, políticas e econômicas, e também pelo surgimento de novos conceitos para a administração pública, que trouxe questionamentos sobre o Estado e suas funções, e em relação à eficácia de suas ações. A partir disso, começa a surgir uma compreensão da necessidade de reconhecer o sucesso ou o fracasso das políticas públicas como ponto fundamental para a busca por um melhor desempenho da administração pública. No entanto, de acordo com Faria (2003) até esse período, os estudos de políticas públicas se preocupavam em analisar e entender apenas os processos de formação delas, ou seja, os *outputs*, o que, segundo o autor, parecia refletir o *status* privilegiado desfrutado pelos processos decisórios perante aos profissionais da área (TREVISAN E BELLEN 2008).

Na América Latina, a partir da década de 1990, dentro do cenário de crise fiscal e questionamentos sobre o tamanho e a eficiência do setor público, surgiram novos empreendimentos com o objetivo de desenhar e executar processos de avaliação. (MOKATE, 2002).

Nesse contexto, Faria explica que:

a adoção de uma perspectiva de contenção dos gastos públicos, de busca de melhoria da eficiência e da produtividade, de ampliação da flexibilidade gerencial e da capacidade de resposta dos governos, bem como de maximização da transparência da gestão pública e de responsabilização dos gestores, em um processo no qual o “consumidor” dos bens e serviços públicos estaria, supostamente, em primeiro plano. O segundo propósito ou expectativa é de que tais reformas pudessem contribuir para uma reavaliação da pertinência das organizações governamentais preservarem todo o seu leque tradicional de atribuições, prevalecendo um contexto de valorização da provisão privada de bens e serviços (FARIA, 2005, p.99).

Dessa maneira, a avaliação começa a ser usada, principalmente, como uma ferramenta de planejamento governamental, tornando-se um importante instrumento dos processos de decisão dos agentes públicos. Além disso, o contexto de ajustes fiscais trouxe uma crítica ao desconhecimento dos impactos e a eficácia das ações governamentais, e assim contribuiu para difundir a ideia de que boas avaliações poderiam apontar, de forma objetiva, quais as melhores respostas aos problemas sociais, e como consequência disso poderiam maximizar a eficácia e a efetividade dos investimentos públicos. (BOULLOSA e ARAÚJO, 2009).

Apesar de, nesse contexto, a avaliação de políticas públicas assumir um papel de destaque no setor público, existia uma escassez de estudos “pós decisão”, que pode ser explicada tanto pela fraca institucionalização da área no Brasil (o que faz com que o estudo de políticas públicas continue voltada para as questões já tradicionalmente valorizadas pela ciência política), quanto pela “debilidade do campo de estudos da administração pública no país”. (FARIA, 2003,p.22). Isso significa que, a despeito do reconhecimento da avaliação como ferramenta importante, ela não se converteu em um processo indispensável que tome parte do processo de gestão. (COTTA, 2001; GARCIA, 2001; MOKATE, 2002; FARIA, 2005 *apud* TREVISAN e BELLEN 2008).

Além disso, Cotta ressalta que a utilização das informações produzidas em uma avaliação é outro desafio a ser enfrentado no setor público, já que a realização da avaliação não significa que os seus resultados serão considerados (COTTA 2001). Para Faria, os principais motivos que podem influenciar na utilização dos resultados da avaliação são: a existência de convicções e interesses divergentes na organização que gerencia o programa; ocorrência de incompatibilidade de interesses entre as diferentes unidades do programa; mudanças no quadro pessoal responsável; ocasionalmente, as regras e os padrões operacionais da organização podem ser inflexíveis, podendo impossibilitar a adoção das recomendações feitas pela avaliação; mudanças na conjuntura externa, como cortes orçamentários e modificações no ambiente político (FARIA 2005).

Por outro lado, é necessário reconhecer a relevância do uso das avaliações para todos os atores envolvidos, desde o público em geral ou a sociedade civil, que são os principais interessados nos resultados eficazes das

políticas públicas, com a obtenção de fins que melhorem o bem estar social, até os gestores dos programas e os atores políticos do poder público interessados em conhecer projetos bem-sucedidos que mereçam financiamento ou preocupados em aprimorar os programas dos quais são responsáveis; membros do Legislativo interessados no aprimoramento de programas que já existem ou na elaboração de novas proposições; cientistas sociais e outros avaliadores que almejam aprender com as experimentações e com as metodologias utilizadas. (FARIA, 2005).

3.2 O que é a avaliação de políticas públicas?

Avaliar significa determinar a valia de algo, atribuir um valor e outras línguas, incluindo o espanhol e o inglês, coincidem na associação de avaliação como atribuição de valor. (MOKATE, 2002; GARCIA, 2001 *apud* TREVISAN e BELLEN 2008).

Nesse contexto, Garcia define avaliação:

Avaliação é uma operação na qual é julgado o valor de uma iniciativa organizacional, a partir de um quadro referencial ou padrão comparativo previamente definido. Pode ser considerada, também, como a operação de constatar a presença ou a quantidade de um valor desejado nos resultados de uma ação empreendida para obtê-lo, tendo como base um quadro referencial ou critérios de aceitabilidade pretendidos. (GARCIA 2001, p.31).

Paralelamente a isso, a avaliação pode ser considerada uma análise e julgamento de um determinado objeto apresentada em uma síntese avaliativa, geralmente, orientada a uma finalidade e permitindo diversas possibilidades de uso dessa avaliação. Ainda, existe uma classe especial de objetos de avaliação que compreende a avaliação dos programas sociais, entendidos como programas que têm como objetivo mudar ou transformar uma determinada realidade considerada socialmente problemática. (BOULLOSA e ARAÚJO, 2009). Diante disso, é possível definir que avaliações formais de programas sociais “são processos de pesquisa aplicada que objetivam a determinação de juízos argumentados, cuja lógica avaliativa pode ser reconstruída e discutida pelas coletividades interessadas em seus resultados ou impactos, incluindo eventuais padrões ou modelos de comparação”. (BOULLOSA, 2006, p. 112 *apud* ARAÚJO e BOULLOSA, 2009, p. 18).

A avaliação também é considerada uma fase do ciclo de políticas públicas, na medida em que um programa social é formulado, executado e

finalizado, e a avaliação e o monitoramento são etapas decisivas para seu sucesso. Jannuzzi (2013) propõe que avaliação concerne ao conjunto de procedimentos técnicos para produzir informação e conhecimento, em perspectiva interdisciplinar, para desenho ex-ante, implementação e validação ex-post de programas e projetos sociais. Isso ocorre por meio das diferentes abordagens metodológicas da pesquisa social, a fim de garantir o cumprimento dos objetivos de programas e projetos (eficácia), seus impactos mais amplos em outras dimensões sociais, ou seja, para além dos públicos-alvo atendidos (efetividade) e a custos condizentes com a escala e complexidade da intervenção (eficiência). (JANNUZZI, 2013). Corroborando com essas ideias, o Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE complementa que o propósito da avaliação é determinar a pertinência e alcance dos objetivos, a eficiência, efetividade, impacto e sustentabilidade do desenvolvimento previstos na política pública em questão. (TREVISAN e BELLEN 2008).

A partir desse contexto, Jannuzzi (2016) realiza uma importante discussão sobre as diferentes considerações que podem ser direcionadas para a avaliação da política pública. Segundo o autor, visões políticas e ideológicas sobre o papel do Estado e sobre a natureza das políticas públicas se apresentam em disputa nos processos de avaliação, na medida em que se determinam quais valores terão relevância e serão considerados no julgamento da ação pública. Esses valores podem ser focados na eficiência do gasto público em relação a outras aplicações que o mercado poderia realizar do mesmo; na eficácia relativa ao cumprimento dos procedimentos legais e burocráticos previsto na execução da ação; ou na efetividade social procedente de uma operacionalização legítima das políticas públicas. Diante desses diferentes focos que a avaliação pode receber, não significa que os princípios como eficiência econômica e conformidade dos processos legais na gestão pública não sejam importantes, até mesmo pelo fato de que estes são princípios aplicáveis como critérios-meios da ação pública.

3.2.1 A utilização das avaliações de políticas públicas

Embora o interesse pelo campo das avaliações tenha crescido, observa-se que no Brasil, os estudos avaliatórios, em geral, não são utilizados de maneira adequada, ou são esquecidas ou engavetadas. Esta situação que deve ser vista com atenção, já que as avaliações possuem grande potencial para conduzir

mudanças de atitudes ou aprimoramentos de programas e projetos. Além disso, as avaliações podem produzir respostas que são demandadas pela sociedade civil, por agências financiadoras de ações públicas, pelos beneficiários ou pelos próprios governos sobre aspectos como: o projeto alcançou seus objetivos propostos? O programa gerou impacto sobre a população? Quem se beneficiou com a realização do programa e quem não? O programa deve ter continuidade? Tal demanda reafirma a necessidade de atenção que deve ser dada em relação à utilização das avaliações. (BEHELAIN E CKAGNAZAROFF, 2012).

Existem diversos fatores que podem explicar essa deficiência no uso das avaliações no Brasil. A escassez de estudos teóricos e empíricos acerca da utilização das avaliações de programas, somada com a lacuna existente em modelos de meta-avaliações e a ausência de organizações que se preocupem com os padrões nas avaliações, no intuito de ajudar a avaliação a realizar o seu potencial, são alguns fatos que provam insuficiência brasileira nessa questão (SERPA, 2010 apud BEHELAIN E CKAGNAZAROFF, 2012).

Ainda, outra questão que merece destaque, com explicam Shulla e Cousins (1997) apud Bechelaine e Ckagnazaroff (2012), é que o uso das avaliações representa um fenômeno multidimensional compreendido por diversos fatores como relevância da avaliação, credibilidade de quem realiza a avaliação, envolvimento com o interessado na avaliação, comunicação entre as partes interessadas, atendimento às demandas de informação, reconhecimento da avaliação como instrumento de gerenciamento por parte dos agentes públicos e, principalmente, características do contexto da instituição. Dessa maneira, a utilização pode ser vista como um algo complexo aliado ao contexto, onde pessoas, ambiente e circunstâncias estão fortemente conectados, exercendo influência sobre o uso da avaliação.

3.3 Tipos de avaliação de políticas públicas

Para avaliação de programas no setor público, a classificação mais básica é de acordo com o momento de sua realização em relação ao programa, podendo ser *avaliação ex ante* quando realizada antes do início do programa com o objetivo de dimensionar a problemática a ser trabalhada pela intervenção e caracterizar o seu público alvo, ou *avaliação ex post* quando realizada após a

implementação do programa com o objetivo de comparar as mudanças ocorridas no público alvo e analisar os resultados potenciais do programa. Ainda dentro dessa tipologia, é possível considerar a *avaliação de processos* orientada à análise de rotinas operacionais do programa com o objetivo de identificar os gargalos e os problemas da sua implementação. (JANNUZZI, 2013).

Imas e Rist (2009) apresentam uma tipologia que classifica as avaliações em *prospectivas* que analisam a proposta do desenho lógico de atividades e atores envolvidos do programa com o objetivo de examinar a viabilidade dele; em *avaliações formativas* as quais são focadas em investigar os problemas de implementação do programa a fim de fornecer insumos para solucioná-los; e em *avaliações somativas* que são voltadas a mensurar os resultados e impactos dos programas, e a partir disso, possivelmente, julgar a sua continuidade ou descontinuidade (JANNUZZI, 2013).

Outra tipologia clássica é a que classifica a avaliação de acordo com o agente que a realiza. Elas podem ser avaliação externa, avaliação interna, mista e participativa, sendo que ao serem realizadas por equipes externas, em tese, garantem maior independência técnica em relação à condução da avaliação, quando comparadas com as realizadas internamente. Por outro lado, não é sempre que equipes externas de avaliação englobam atributos necessários para independência técnica, somados à competência técnica e comprometimento com a credibilidade e a importância do estudo avaliativo (JANNUZZI, 2013).

Ainda, as avaliações podem ser classificadas de acordo com o objeto da política pública que se pretende avaliar. Podem ser: *avaliação diagnóstica*, quando é realizada por meio de fontes e dados já existentes, com o objetivo de dimensionar e caracterizar a questão social que será objeto de intervenção; *avaliação de desenho*, que analisa a pertinência do desenho da política pública em relação ao equacionamento esperado da problemática social identificada; *avaliação de implementação*, cujo objeto de análise é a realização das atividades planejadas e a execução delas mediante indicadores de gestão e de monitoramento, além de avaliar a oferta, regularidade e qualidade dos serviços do respectivo projeto; *avaliação de resultados e impactos*, que avaliam quais resultados a intervenção foi capaz de gerar na realidade social que a originou, de acordo com os objetivos

propostos; *avaliação de custo-efetividade*, que analisa os custos envolvidos na operacionalização do projeto frente aos resultados e impactos produzidos por ele (JANNUZZI, 2013).

3.3.1 A avaliação de resultados

A avaliação de resultados do programa ou projeto social compreende o momento para uma investigação mais árdua sobre os vários componentes de uma intervenção, abordando o cumprimento de seus objetivos, bem como seu desenho, arranjos operacionais, impactos sociais mais abrangentes, e sobre a capacidade de inovação e redesenho diante do contexto dinâmico em que operam os programas e projetos (JANNUZZI, 2013)

Além disso, Rua (2009) explica que a avaliação de resultados é focada nos efeitos ou nos produtos finais, sendo estes últimos denominados outputs, e representam sempre uma saída direta da operação ou de um sistema, que pode ser constatada de forma objetiva, como exemplo: livros distribuídos, vacinas aplicadas, refeições servidas. Dessa maneira, o produto final é diferente do efeito, pois este último representa a mudança provocada pelo produto final, ou seja, é uma consequência deste. Rua explica que:

O termo em Língua Inglesa para “efeito” é *outcome*, que guarda clara diferença de *output*. O “efeito” está diretamente relacionado com o produto final de uma intervenção (política, programa ou projeto) e sempre expressa uma mudança em uma situação preexistente. (RUA, 2009).

Paralelamente a isso, Ramos e Schabbach (2012) explica que a avaliação de resultados busca investigar em que medida o programa atingiu os objetivos que foram propostos em seu desenho e quais foram seus efeitos e consequências possivelmente verificados no momento posterior à sua implementação, analisando se houve transformações na situação-problema que ocasionou a formulação do programa. A partir dessa análise, é possível averiguar os aspectos de sucesso ou fracasso em termos de mudança efetiva nas condições anteriores de vida das populações beneficiadas (RAMOS e SCHABBACH, 2012).

Ainda, é preciso ressaltar a diferença entre a avaliação de resultados e a avaliação de impacto, já que as duas são frequentemente confundidas. A avaliação de resultados é responsável por assimilar os resultados no sentido estrito

do termo, que foram gerados pela entrega de produtos do programa e o eventual alcance das metas, e por isso tem o foco no efeito constatado. Já a avaliação de impactos é responsável por compreender as alterações efetivas na realidade sobre a qual o programa intervém, com foco nos efeitos líquidos, ou seja, ao que é conferido somente à intervenção realizada. Ainda, no que se refere aos instrumentos metodológicos que devem ser utilizados para cada uma das avaliações, a avaliação de resultados é realizada por meio de pesquisa descritiva, utilizando métodos quantitativos e qualitativos, enquanto a avaliação de impactos é realizada por meio de pesquisa experimental, composta por pré-teste, pós teste, grupo de controle e grupo de tratamento, utilizando apenas métodos quantitativos. (COTTA, 2001).

Nesse sentido, é notória a importância de realizar a avaliação de resultados no projeto Plug Minas, com vistas a verificar se o projeto alcançou as metas previstas e julgar seu valor dentro das políticas públicas do estado de Minas Gerais. Por meio dessa pesquisa de avaliação é possível perceber, por exemplo, um resultado esperado que foi alcançado, ou um resultado não esperado que foi produzido de forma positiva. Esses resultados mensurados poderão servir de insumo para os gestores públicos envolvidos, e, ao mesmo tempo dar retorno às autoridades e aos parceiros privados do projeto, além de poder aprimorar o projeto e ampliar os efeitos dessa intervenção na juventude mineira. Soma-se a isso, a relevância de valorizar as políticas públicas para juventude, como parte de todo um processo de participação social e protagonismo juvenil, que vem crescendo desde a redemocratização do país.

4 O PROJETO PLUG MINAS: concepção, bases conceituais, diretrizes e modelo de gestão

Este capítulo apresenta as informações a respeito do projeto estudado, o Plug Minas, no que se refere a sua concepção, as bases conceituais que fundamentam a sua implementação, as suas diretrizes, os modelos de gestão executados desde a sua implementação até os tempos atuais, e as mudanças propostas pela nova gestão do projeto. Ressalta-se que este capítulo traz informações detalhadas sobre os Núcleos em atividades no momento da pesquisa.

4.1 A concepção do Plug Minas na política pública do estado de Minas Gerais

O Governo de Minas, por meio do seu principal instrumento de planejamento estratégico, o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI 2007- 2023), apontou a população jovem como um importante público alvo das políticas públicas. Dentro desse contexto, o conjunto dos projetos estruturadores do governo de Minas foi consolidado no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG 2008-2011). A aposta nos jovens protagonistas se materializou por meio de três projetos principais: Poupança Jovem, Programa de Educação Profissional (PEP) e Plug Minas. (MINAS GERAIS, 2009).

Seguindo a ideia de “estado para resultados”, o PMDI (2007-2023) organizou a atuação do estado em 13 áreas as quais compõem o sistema de resultados finalísticos indicados com metas do PMDI, entre elas a Área de Resultados Protagonismo Juvenil que surge da demanda de políticas públicas para o público juvenil. A composição desta proposta corrobora com a concepção de juventude explicada por Abramo (2005), na qual a juventude é compreendida como etapa singular do desenvolvimento pessoal e social, e os jovens passam a ser considerados como sujeitos de direitos, e com a ideia expressa por Aquino (2009) de que desde o final do século XX emerge um enfoque do jovem como *ator estratégico de desenvolvimento*, exigindo a intensificação de investimentos na área de educação com a fim de gerar acúmulo do “capital humano” pelos jovens, além da necessidade de adotar recorte geracional nas políticas públicas e incentivar a participação política da juventude, direcionando à noção de *protagonismo jovem*.

O PMDI traz a justificativa dessa proposta, com base na tendência demográfica de Minas Gerais que explica que:

A introdução da Área de Resultados Protagonismo Juvenil no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado é tanto mais oportuna quando se examina a dinâmica da pirâmide etária do Estado esperada para os próximos 17 anos. Segundo essa evolução, ocorrerá, nos próximos anos, uma situação de forte aumento da PEA, propiciando uma janela de oportunidade para o desenvolvimento econômico mineiro. Os jovens representam proporção importante da PEA. É necessária a preparação destes para a inserção no mercado de trabalho de forma autônoma, emancipatória e com nível de qualificação adequado. Visa-se, com isso, propiciar o protagonismo dos jovens, tanto em suas próprias vidas, como no processo de desenvolvimento que almejamos. (MINAS GERAIS, 2007, pág. 30)

4.1.1 O Conceito de Protagonismo Juvenil

O conceito de protagonismo juvenil é o conceito base da Área de Resultados Protagonismo Juvenil em que o projeto Plug Minas foi concebido, e é fundamental na construção das diretrizes, premissas e objetivos que compõem a elaboração e a execução deste projeto. Por isso, é relevante o entendimento acerca deste conceito.

O termo “protagonismo juvenil” foi inserido nas discussões da área de educação a partir da concepção proposta por Antônio Carlos Gomes da Costa, na década de 1990. Segundo o autor, o termo protagonismo juvenil significa a atuação do jovem em atividades que ultrapassam a esfera dos seus interesses individuais e familiares, e que envolvem também as questões sociais do mundo, da escola e da comunidade onde vivem. Essa atuação acontece por meio de uma participação construtiva em que existe o verdadeiro envolvimento do jovem no processo do protagonismo, quando é incitado a construir e a assumir responsabilidades, e este então pode ser considerado sujeito da ação. (COSTA, 2000)

Enquanto modalidade de ação educativa, o protagonismo juvenil compreende a criação de espaços e condições capazes de gerar possibilidades aos jovens de envolverem-se em atividades voltadas à solução de problemas reais, atuando como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso. Nesse contexto, os jovens não são apenas agentes passivos, mas ativos em todos os âmbitos do processo de aprendizagem, e participem como sujeitos da sua aprendizagem. (COSTA, 2000).

Dentro da idéia de protagonismo juvenil na esfera da educação, o jovem é considerado elemento central da prática educativa, de forma que participa de todas as etapas desta prática, desde a elaboração, execução até a avaliação das ações propostas. O objetivo é que o protagonismo juvenil possa estimular a participação social dos jovens, favorecendo não apenas o desenvolvimento pessoal daqueles sujeitos atingidos, mas com o desenvolvimento das comunidades em que eles estão inseridos. Dessa maneira, o protagonismo juvenil contribui para a formação de pessoas mais autônomas e comprometidas socialmente, com valores de solidariedade e respeito mais incorporados, o que contribui para uma proposta de transformação social.(COSTA, 2000).

Corroborando com a tendência de evolução das políticas públicas para juventude, o desenvolvimento do protagonismo juvenil está de acordo com as disposições compreendidas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em que crianças e adolescentes são entendidos como “sujeitos de direitos”, ou seja, devem estar no centro das políticas voltadas para este segmento populacional. Isso demonstra uma concepção muito positiva de juventude, em que os jovens são vistos como detentores de potencial de ação e transformação sociais muito fortes, conforme já apontado por Abramo (2005) na concepção de “juventude cidadã como sujeito das políticas”.

4.2 Elaboração do projeto e seu desenho

Entre 2003 e 2011 o modelo de gestão do estado de Minas Gerais percorreu grandes transformações que tinham como objetivos principais buscar maior transparência e eficiência. Essas transformações foram marcadas principalmente pelo choque de gestão (2003-2007) que pretendia promover o equilíbrio das contas públicas, e em seguida tornar as ações públicas mais efetivas, com uma busca por resultados. Por isso, esse novo desenho chamou-se “Estado para resultados”. Esse arranjo governamental se concretiza no PMDI, PPAG, LOA, e nos projetos estruturadores, os quais possuem recursos prioritários. (MINAS GERAIS, 2008)

Depois de alcançados os resultados esperados com o choque de gestão, que eram equilibrar as contas públicas e direcionar o estado para melhores resultados, a gestão se direcionou à intenção de incluir o cidadão no processo de

planejamento das políticas públicas. Assim, foi construído um novo arranjo institucional mais permeável às demandas dos cidadãos, caracterizado pela organização em redes de atores e órgãos orientados para demandas e estratégias comuns. Esse novo modelo foi chamado “Estado em rede”. (MINAS GERAIS, 2008)

O Plug Minas foi implementado nesse momento como parte das estratégias do governo para atender a esses objetivos e para assistir à população jovem.

Nesse mesmo período, a partir da constatação da grande complexidade dos problemas sociais emergentes, surgem novos modelos de gestão que associam a gestão estatal ao poder privado, às organizações não governamentais e a sociedade civil na formulação e implementação de políticas públicas.

4.2.1 Modelo de governança na sua implementação

O modelo de governança proposto inicialmente para o projeto Plug Minas foi concretizado por meio de parcerias diversas entre Setor Público, Setor Privado e Terceiro Setor. Dessa maneira, o modelo de governança no período da sua implementação foi formalizada por uma contratualização por resultados, disposta no termo de parceria entre o governo do estado de Minas Gerais e uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). A OSCIP integra as organizações do terceiro setor, e como explica com Ferreira Neto (2011):

OSCIPs são ONGs criadas por iniciativa privada, que obtêm um certificado emitido pelo poder público federal ao comprovar o cumprimento de certos requisitos, especialmente aqueles derivados de normas de transparência administrativas. Em contrapartida, podem celebrar com o poder público os chamados termos de parceria, que são uma alternativa interessante aos convênios para ter maior agilidade e razoabilidade em prestar contas. (FERREIRA NETO, 2011).

Na organização do Plug Minas, a presença do Estado ficou representada por seus funcionários e pela Gerência Executiva do projeto. O Instituto Cultural Sérgio Magnani (ICSM) é a OSCIP com a qual o Estado firmou um Termo de Parceria, e que foi a gestora do projeto. Nos Termos de Cooperação estão localizadas as obrigações e direitos, metas e indicadores que cabem aos núcleos cumprirem e que deverão ser monitoradas pela OSCIP, já que impactam diretamente nas metas e indicadores que foram pactuados por ela com o Governo

no Termo de Parceria. Ou seja, “para o estabelecimento das relações existentes entre OSCIP e parceiros e entre OSCIP e governo, existem instrumentos formais específicos que visam garantir o bom desempenho” (Ibid., p. 68) do projeto como um todo. (ALVES, 2015)

O papel do Estado segundo Alves (2015) é de avaliar e fornecer diretrizes políticas para o projeto. O ICSM, por sua vez e com o apoio do Estado, assina os Termos de Cooperação, com as entidades (Mantenedores e Executores) viabilizadoras dos núcleos do Plug Minas, onde estão descritas as responsabilidades e obrigações de cada um dos participantes, da mesma forma em que acontece entre Estado e OSCIP, e também, onde ficam previstas as avaliações trimestrais, que focaliza as metas e indicadores de cada núcleo.

Para coordenar o projeto, suas atividades e as de todos os núcleos, foi criado o Núcleo de Planejamento e Gestão (NPG), que seria composto por membros da OSCIP gestora do projeto Instituto Cultural Sérgio Magnani (ICSM) e por representantes do Estado, atualmente membros da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE). E seu papel é definido por: [...] fomentar, articular, coordenar e promover o desenvolvimento das ações de cada Núcleo e dos núcleos em conjunto, servindo muito mais como infraestrutura, suporte e apoio do sistema de núcleos do que como um topo de pirâmide que dita regras para seus andares inferiores e deles cobra resultados, embora seja responsável por definir alguns parâmetros. (MINAS GERAIS, 2008, p. 3).

Este modelo é descrito como sustentável ao longo de mudanças políticas no cenário estadual, pois foi construído no sentido de ser executado por meio de parcerias e pela contratualização de resultados, do Estado de Minas Gerais com uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), além de parcerias com instituições privadas e organizações não governamentais (ONGs)

4.3 Diretrizes pedagógicas e fundamentos de planejamento e gestão

No processo de elaboração e implementação do Plug Minas, o Centro de Estudos Avançados do Recife-CESAR ficou responsável por produzir documentos que organizam os elementos e objetivos que iriam fundamentar e nortear as atividades do projeto.

Conforme já citado anteriormente, o Plug Minas foi inserido na área de resultados Protagonismo Juvenil, que tinha como objetivo principal propiciar à juventude mineira as condições adequadas ao seu pleno desenvolvimento pessoal e à sua inserção social produtiva. Como o fortalecimento do protagonismo juvenil foi identificado como elemento chave nos objetivos do projeto, foram identificadas as categorias constitutivas do conceito, com base na bibliografia sobre o tema, nos documentos institucionais e entrevistas com atores chave. Os elementos identificados foram: autonomia, empregabilidade, cidadania, inovação, participação social e empreendedorismo. (MINAS GERAIS, 2009)

Ainda, de acordo com as diretrizes pedagógicas no Plug Minas o jovem é percebido como solução e sujeito social, a gente de seu próprio desenvolvimento. E enquanto um projeto feito para o jovem e protagonizado por ele, o Plug Minas deve criar oportunidades de desenvolvimento integral do jovem mineiro, propiciando sua inserção econômica, cultural e política através da oferta de uma formação ampla, com resultados no mundo da educação, do trabalho, e da participação social. (MINAS GERAIS, 2009)

Além dessas diretrizes citadas, o projeto possui eixos de atuação que devem ser enfatizados no acolhimento ao jovem: o das **vocações** (seja nas artes, nas áreas de conhecimento, na tecnologia), e o das **atividades** oferecidas. Estas últimas podem ser *formativas*, quando são de longa duração com ênfase na empregabilidade e certificação técnica, *produtivas*, quando são de média duração focadas no desenvolvimento de artifícios para o uso no mundo do trabalho, ou *experimentais*, quando são de curta duração, voltadas ao despertar de vocações. Os núcleos devem enfatizar a formação profissional em pelo menos um de muitos possíveis, desde o despertar de vocações à certificação técnica. (MINAS GERAIS, 2009).

O conjunto de núcleos em atividade no projeto devem ser organizados de maneira a acolher do jovem as suas competências já instaladas, suas soluções, e oferecer-lhe um ambiente oportuno à construção de conhecimentos significativos, à inovação e à sua colocação no mundo do trabalho. (DIRETRIZES PEDAGÓGICAS, 2008, p. 4). Essa premissa trazida nas diretrizes pedagógicas do projeto coaduna com o que dizem os autores, já citados anteriormente, sobre os projetos de vida dos

jovens, e que estes são elaborados tendo como referência a biografia do sujeito, e o campo de possibilidades oferecidas a ele. (DAYRELL e ALVES 2015).

4.3.1 Mudanças recentes no Projeto

No ano de 2015 iniciou um novo mandato no governo do estado de Minas Gerais, e com a troca de governo, houve mudanças na estratégia e no modelo de governança do Plug Minas, em que a OSCIP perde força e o Estado atua de forma mais presente na execução do Plug Minas. Neste novo modelo, a Secretaria de Estado de Educação (SEE) é o órgão responsável pela gestão do projeto, e se faz presente na equipe da Gerência Executiva do Núcleo de Planejamento e Gestão (NPG), composta por gestores efetivos da SEE alocados neste núcleo.

Outra mudança ocorrida foi a alteração da OSCIP, sendo que o novo Termo de Cooperação foi firmado entre a Secretaria de Estado de Educação e a Fundação Helena Antipoff (FHA). Entre 2015 e 2018, oito núcleos estiveram em atividade: Núcleo de Planejamento e Gestão (NPG), Núcleo Valores de Minas, Núcleo de Empreendedorismo Juvenil (NEJ), Núcleo de Criação e Design (NCD), Universidade Aberta Integrada de Minas Gerais (Uaitec), Caminhos do Futuro, Núcleo das Juventudes- Desembola na Ideia e PlugMix. O Núcleo Valores de Minas passou por modificações no ano de 2016, e passou a ser executado pelo Centro Interescolar de Cultura, Arte, Linguagens e Tecnologias (CICALT) que foi agregado à administração da Secretaria Estadual de Educação, e possui um CNPJ próprio, como forma de possuir verba por meio do caixa escolar para manter as atividades do Núcleo Valores de Minas. É importante ressaltar que o projeto prevê que seus alunos recebam vale transporte e alimentação gratuita no PlugRango (que possui um restaurante que opera por meio contrato de serviços terceirizados). Estes benefícios são de grande importância para a efetividade social, no que se refere ao acesso e à permanência dos alunos no projeto, já que atende um público de Belo Horizonte e Região Metropolitana que engloba jovens periféricos e de baixa renda.

O quadro a seguir apresenta os oito núcleos ativos neste período do projeto, que engloba o período que se iniciou o presente trabalho (setembro de 2018), com as informações do parceiro e/ou mantenedor de cada núcleo, que é a instituição pública, privada ou do terceiro setor responsável pelas atividades do

núcleo, o público alvo, o foco de atuação do núcleo, e as principais atividades desenvolvidas em cada um deles.

Quadro 2 - Núcleos em atividade entre 2015 e 2018

Núcleos	Parceiro/ mantenedor	Público	Principais Atividades Desenvolvidas
Núcleo de Planejamento de Gestão	Secretaria de Estado Educação	Não se aplica	<p>* Responsável pela gestão operacional do PlugMinas ;</p> <p>*Elabora e implementa ações, atividades e programas com a ideia de aperfeiçoar o trabalho desenvolvido, além de pensar novas possibilidades e práticas;</p> <p>*Buscar novas oportunidades e propor parcerias com empresas e instituições que possam contribuir com o Projeto;</p>
Núcleo Valores de Minas	CICALT/ Secretaria de Estado de Educação	Jovens de 15 a 29 anos estudantes ou egressos de escola pública	*Oferece aulas de arte em cinco áreas: Artes Visuais, Circo, Dança, Música (Canto, Harmonia e Percussão) e Teatro;
Núcleo de Empreendedorismo Juvenil	Sebrae	Jovens de 15 a 24 anos estudantes ou egressos de escola pública	*oferece o curso técnico em Administração com ênfase em Gestão de Negócios e Empreendedorismo;
Núcleo de Criação e Desing	Senac	Jovens de 15 a 29 anos estudantes ou egressos de escola pública	*Oferece cursos de Consultoria de Imagem, Web Designer, Organizador de Eventos, Desenhista de Produtos Gráficos Web, Operador de computador, Locutor/Apresentador/Animador, Produtor Cultural, Técnico em Produção de Moda, entre outros;

Núcleos	Parceiro/ mantenedor	Público	Principais Atividades Desenvolvidas
Universidade Aberta Integrada de Minas Gerais	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SEDECTES	Todos os participantes do projeto	O Núcleo UAITEC oferece cursos presenciais e semipresenciais: Analista de Mídias Sociais, Desenhos de Produtos Gráficos, Espanhol, Inglês, Programador de Dispositivos Móveis, Programador Web, Assistente de Produção Cultural, dentre outros;
Caminhos do Futuro	Secretaria de Educação	Todos os participantes do projeto	É um espaço de exposições para o que acontece e é produzido dentro do Projeto e também para iniciativas que dialogam com essas atividades;
Núcleo das Juventudes- Desembola na ideia	Associação Imagem Comunitária	Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas	*Realiza oficinas de dança, música, artes visuais, jiu-jitsu, paisagismo, alimentação saudável, horta e jardinagem; *Presta atendimento psicológico aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, através dos psicólogos da equipe;
PlugMix	Associação Imagem Comunitária	Jovens estudantes dos diversos núcleos do PlugMinas, às escolas e comunidades do entorno	* Suporte a propostas de atividades e produções artístico-culturais voltadas para seus diferentes espaços e formuladas por estudantes, professores e colaboradores do PlugMinas; além de escolas, coletivos e entidades juvenis; * Apoio, acompanhamento e difusão de processos investigativos realizados por estudantes e professores sobre temáticas relacionadas ao PlugMinas;

Fonte: Elaboração própria com base em informações do site institucional do Plug Minas.

4.3.1.1 Redesenho implementado em 2019

Em 2019, em decorrência da mudança de governo no âmbito estadual, o projeto está passando por um redesenho, com diversas modificações da dinâmica geral do projeto. Essas modificações são justificadas, principalmente, pela contenção de gastos, que ocorre em todas as áreas diante da crise fiscal enfrentada pelo estado de Minas Gerais. A principal mudança é a configuração dos núcleos, que a partir do segundo semestre de 2019, serão todos vinculados e executados pelo Centro Interescolar de Cultura, Arte, Linguagens e Tecnologias (CICALT), que integra a Secretaria de Estado de Educação por meio da Superintendência de Modalidades e Temáticas Especiais de Ensino. Dessa maneira, a gestão de todos os núcleos fica por conta da equipe de gestão do CICALT, e assim fica extinto o Núcleo de Planejamento e Gestão (NPG). Para adequar ao modelo de fornecimento de alimentação previsto na Lei nº 11.947/2009, o contrato com o restaurante terceirizado será encerrado, e será instalada uma cantina escolar para o fornecimento da merenda. Por outro lado, ainda existe uma incerteza em relação ao fornecimento do auxílio do vale transporte, pois segundo a SEE, implica em um custo muito alto para o projeto, que possivelmente não poderá ser fornecido. No primeiro semestre de 2019 (momento de realização da pesquisa) e para o segundo semestre de 2019, estão em atividade os núcleos: Valores de Minas, Núcleo de Criação e Design, Núcleo de Empreendedorismo Juvenil, e Núcleo das Juventudes - Desembola na Ideia. A redução das atividades dos núcleos somados com a dificuldade de acesso aos auxílios por parte dos alunos reduziu a quantidade de jovens que estão frequentando o projeto.

5 AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DO PLUGMINAS: as percepções dos jovens sobre efeitos do projeto

Este capítulo apresenta alguns resultados do projeto, nas áreas de educação, trabalho e participação social, segundo a percepção dos alunos e egressos, além da caracterização socioeconômica dos jovens matriculados no projeto em 2019 e de outros aspectos do projeto, como exemplo uma abordagem a respeito dos benefícios ofertados pelo projeto.

5.1 Nota metodológica

Para cumprir com o objetivo geral desta pesquisa, qual seja avaliar os resultados do projeto Plug Minas, considerando as percepções sobre os efeitos do programa na trajetória de vida de seus alunos e egressos, realizou-se uma pesquisa descritiva. Como visto no capítulo 2, a avaliação de resultados tem como finalidade avaliar em que medida a intervenção foi capaz de gerar mudanças na realidade social que a originou, de acordo com os objetivos propostos. (JANNUZZI, 2013). A avaliação realizada também pode ser classificada em: *avaliação ex post* porque ocorre após o início do projeto. Dessa maneira, o estudo configura-se uma pesquisa de avaliação, que segundo Jannuzzi (2014, p.30) “são levantamentos primários, quali ou quantitativos, desenhados com objetivos de produção de evidências mais específicas e necessárias ao aprimoramento da intervenção”.

Para operacionalizar o modelo de avaliação de resultados, seguindo o entendimento da literatura sobre esse tipo de avaliação, utilizou-se, como referência os objetivos previstos no documento de diretrizes pedagógicas do projeto. De acordo com ele, enquanto um projeto para a juventude e por ela protagonizado, o Plug Minas deve contemplar, simultaneamente e de forma articulada, objetivos em três áreas, que determinam as dimensões apresentadas no quadro 3: **Educação, Trabalho e Participação Social**. A **educação** foi subdividida em duas subdimensões: *construção de conhecimentos*, que ocorre por meio da interação educacional realizada entre os professores e os alunos de cada núcleo, sendo estes conhecimentos ao mesmo tempo amplos e localmente relevantes; e o *desenvolvimento de habilidades*, sendo estas específicas de cada núcleo e das atividades oferecidas por eles, o que pode ser observado no quadro 2. Para a dimensão do **trabalho**, criou-se duas subdimensões: *ênfase na qualificação e*

inserção profissional, que compreende a qualificação técnica e profissional dos alunos, o desenvolvimento da rede de oportunidades e empreendedorismo juvenil e gerar oportunidades de inserção no mercado de trabalho, contribuindo para alterar as perspectivas do futuro profissional dos jovens atendidos pelo programa; e *empreendedorismo juvenil*, que tem como foco a formação de jovens dinâmicos, com desenvolvimento de autonomia e responsabilidade, do interesse em buscar novas informações, soluções e inovações. Por meio do desenvolvimento dessa dimensão, o Projeto espera que os jovens beneficiários do programa alterem de forma positiva a sua visão e planejamento sobre futuro profissional, o que foi investigado. Por fim, a terceira dimensão, que é da **participação social**, traz duas subdimensões: *formação de agentes multiplicadores do desenvolvimento e formação de jovens atores políticos e comunitários*. A subdimensão da formação de agentes multiplicadores compreende a motivação dos alunos para trabalhos colaborativos, o desejo de repassar informações e conhecimentos adquiridos e experiências concretas de multiplicação; a subdimensão da formação de jovens atores políticos e comunitários abrange o envolvimento do jovem com a comunidade onde vive, participação em movimentos estudantis ou sociais, participação em conselhos de políticas públicas e/ou conferências de políticas públicas (institucionalizada).

Essas dimensões e subdimensões representam, portanto, os elementos de eficácia do Plug Minas e são, por isso, os aspectos investigados pela avaliação de resultados. É principalmente por meio do desenvolvimento das potencialidades no campo da educação, do trabalho e da participação social que esta política pública sensibiliza os projetos de futuro dos jovens, conforme citado no capítulo sobre juventude e políticas públicas.

Quadro 3- Dimensões de resultados do Plug Minas.

Dimensão	Subdimensões	Variáveis
1. Educação	1.1. Construção de conhecimento	1.1.1 aprendizagem de conteúdos gerais. 1.1.2 aprendizagem de conteúdos específicos (de acordo com a atividade que realiza).
	1.2 Desenvolvimento de habilidades	1.2.1 algum potencial descoberto/despertado. 1.2.2 habilidades desenvolvidas. 1.2.3 capacidade de lidar com situações do cotidiano e problemas reais.
2. Trabalho	2.1 Qualificação e inserção profissional	2.1.1 desenvolvimento da rede de oportunidades. 2.1.2 alteração/ampliação das perspectivas para futuro profissional. 2.1.3 oportunidade de inserção no mercado de trabalho.
	2.2 Empreendedorismo juvenil	2.1 visão/planejamento sobre futuro profissional. 2.2.2 Responsabilidade e autonomia. 2.2.3 Interesse em buscar novas informações, soluções e inovações.
3. Participação social	3.1 Formação de agentes multiplicadores do desenvolvimento	3.1.1 desejo de repassar informações e conhecimento adquirido. 3.1.2 experiências concretas de multiplicação.
	3.2 Formação de jovens atores políticos e comunitários	3.2.1 envolvimento com a comunidade onde vivem. 3.2.2 participação em movimentos estudantis ou sociais. 3.2.3 participações em conselhos de políticas públicas e conferências (institucionalizada)

Fonte: Elaboração própria com base no documento interno do Plug Minas: Diretrizes Pedagógicas (2008).

Para a realização da pesquisa de avaliação foram escolhidos três dos núcleos que compõem o Plug Minas: o Núcleo Valores de Minas/CICALT, que oferece aulas de arte em cinco áreas: Artes Visuais, Circo, Dança, Música e Teatro; Núcleo de Empreendedorismo Juvenil (NEJ), em parceria com o Sebrae-MG, que oferece o curso técnico em Administração com ênfase em Gestão de Negócios e

Empreendedorismo; e o Núcleo de Criação e Design (NCD), em parceria com o Senac, que proporciona aos jovens diversas formações ligadas ao mundo da moda e do design.

A escolha desses núcleos se justifica pelo fato de que estavam em atividade no momento da realização da pesquisa e de que os três juntos contemplam as três dimensões dos objetivos do projeto descritas no Quadro 3. É importante ressaltar que, devido ao processo de mudanças implementadas pela nova gestão governamental no primeiro semestre de 2019, a rotina de aulas nos núcleos foi impactada. O principal fator de impacto foi a suspensão do fornecimento do vale transporte aos alunos por parte do estado, o que gerou suspensão das aulas do Núcleo de Criação e Design durante alguns dias entre o mês de abril e maio de 2019. Já o Núcleo de Empreendedorismo Juvenil conseguiu manter a oferta de vale transporte por meio do custeio feito pelo parceiro mantenedor, o Sebrae. Além disso, o Núcleo Valores de Minas, reconhecido tradicionalmente por oferecer cursos nas modalidades livre e técnico, teve as turmas da modalidade livre canceladas já na etapa de pré-matrícula dos alunos, permanecendo apenas com as turmas da modalidade de curso técnico, as quais originalmente já não fornecem vale transporte aos alunos. Essas mudanças causaram grande reflexo na pesquisa, tanto na quantidade quanto na caracterização da amostra dos alunos matriculados no projeto.

A coleta de dados foi realizada entre os dias 23/04/2019 e 17/05/2019, por meio de questionário aplicado na ferramenta de formulários do Google. O formulário foi enviado por meio dos grupos dos alunos no aplicativo de Whatsapp. Dessa maneira, ressalta-se que esta não é uma amostra aleatória da população de alunos, e por isso os resultados que serão apresentados se referem apenas aos conjunto de respondentes. O questionário é composto por 24 questões com respostas categorizadas e quatro questões abertas, divididas em quatro seções. A primeira é composta pelo perfil socioeconômico dos jovens, a segunda pelo perfil escolar, a terceira por perguntas gerais sobre o programa, e a última seção por questões específicas da avaliação baseadas nas dimensões e subdimensões construídas no quadro analítico da avaliação. O questionário aplicado está disponível no apêndice deste trabalho. Dos 450 alunos matriculados nos três núcleos neste período, 206 responderam ao questionário. As análises serão feitas

por meio de estatísticas descritivas, como proporções e alguns cruzamentos entre variáveis.

Além disso, a fim ampliar as percepções sobre os efeitos do Projeto optou-se por uma abordagem qualitativa de caráter exploratório com egressos. Foram realizadas sete entrevistas semiestruturadas com egressos que estudaram nos núcleos selecionados para a pesquisa (CICALT/Valores de Minas, NEJ e NCD), entre os dias 06/05/2019 e 23/05/2019. Os egressos foram escolhidos de maneira a contemplar a diversidade de gênero, a participação nos três núcleos e em diferentes cursos realizados, a fim de garantir a variação dos dados coletados. O Quadro 4 traz a caracterização dos egressos entrevistados. O roteiro de entrevista está disponível no apêndice.

Quadro 4- Descrição dos Egressos entrevistados

Egressos	Gênero	Núcleo	Ano de participação no projeto	Curso realizado	Município de Residência
Entrevistado 1	Masculino	Valores de Minas e NCD	2016 e 2018	Teatro; Desenhista de Moda e Vitrinista	Belo Horizonte
Entrevistado 2	Masculino	NEJ	2012	Técnico em Administração	Belo Horizonte
Entrevistado 3	Feminino	Valores de Minas	2014	Dança	Esmeraldas
Entrevistado 4	Masculino	Valores de Minas e NCD	2015/2016	Circo	Belo Horizonte
Entrevistado 5	Feminino	NCD	2014/2015	Técnico	Belo Horizonte
Entrevistado 6	Masculino (transgênero)	Valores de Minas, NCD e Uaitec	Desde 2013 até hoje	Módulos I, II, III do curso livre, Téc. em Percussão e Bateria; Vitrinista, Desenv. de Produtos Web, Desenv. de Jogos digitais; Inglês Básico, Inglês Intermediário e avançado.	Sabará
Entrevistado 7	Feminino	Valores de Minas	2017	Teatro	Belo Horizonte

Fonte: Elaboração própria.

Ademais, em diversas seções deste trabalho foram utilizadas informações adquiridas por meio de observação direta realizada durante o estágio supervisionado no Núcleo de Planejamento e Gestão do Plug Minas, entre setembro de 2018 e abril de 2019, em que foi possível presenciar e observar as rotinas dos núcleos e o processo de redesenho proposto pela nova gestão da Secretaria de Estado e Educação.

5.2 Caracterização dos jovens participantes do projeto

Nesta seção será feita a caracterização dos jovens matriculados nos três núcleos pesquisados no primeiro semestre de 2019, com o objetivo de construir um retrato mais nítido dos jovens, mostrando as principais semelhanças e diferenças entre os núcleos, na tentativa também de criar um ponto de partida essencial para se entender as transformações que os jovens percebem ter vivenciado após sua participação no projeto. Essa caracterização será realizada a partir de elementos como idade, cor ou raça, gênero, orientação sexual, renda, município de residência e grau de escolaridade, cujos dados foram extraídos do questionário aplicado aos alunos. O questionário foi composto por 24 questões quantitativas, sendo 23 obrigatórias e 1 não obrigatória, e 4 questões qualitativas todas não obrigatórias. O conjunto de respostas analisadas a seguir é para os 206 alunos matriculados que responderam aos questionários, e para a única questão quantitativa não obrigatória, sobre população LGBT, é analisado o conjunto de 66 respostas.

Conforme mostrado na Tabela 1, 64,7% dos matriculados são mulheres e apenas 33,3%, homens. O núcleo Valores de Minas possui a maior diferença entre os sexos, sendo 70,5 % mulheres e 27,3% homens. Nesse sentido, existe uma tendência geral de predominância de mulheres nas instituições de ensino.

Tabela 1 - Distribuição dos jovens matriculados nos núcleos por sexo (%). N=206

Sexo	Núcleo			
	NEJ	Valores de Minas	NCD	Total geral
Feminino	66,4	70,4	50,0	64,7
Masculino	31,3	27,3	50,0	33,3
Não quero responder	2,3	2,3	0,0	2,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria

No que se refere à cor ou raça, 40,2% dos respondentes se declaram pardos, 28,43% se declaram pretos, 24,51% se declaram brancos e 2,94% se declaram amarelos. De acordo com a pesquisa, não há alunos que se autodeclaram indígenas.

Tabela 2- Distribuição dos jovens nos núcleos por cor ou raça em 2019 (%). N=206

Cor/raça	Núcleo			
	NEJ	Valores de Minas	NCD	Total Geral
Amarela	3,1	2,3	3,2	3,0
Branca	18,9	29,6	40,6	24,5
Indígena	0,0	0,0	0,0	0,0
Parda	48,8	23,5	28,1	40,2
Preta	23,6	42,3	28,1	28,4
Não quero responder	3,1	2,3	0,0	2,5
Não sei responder	2,4	0,0	0,0	1,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria

Quanto ao local de moradia, não obstante o projeto se propor a atender jovens de Belo Horizonte e Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH, ainda predominam, em 2019, os que residem em Belo Horizonte, sendo 53,4% do total, contra 46,6% que residem na RMBH. Em segundo lugar vêm os residentes em Ribeirão das Neves, com 9,8%, seguidos pelos de Contagem, 8,82% e Santa Luzia e Betim, ambos com 5,39%. Embora o percentual de residentes fora da metrópole ainda seja inferior, o projeto tem atendido 16 dos 31 municípios da RMBH, de acordo com a pesquisa. É importante ressaltar que para que a proposta de também atender jovens da RMBH seja efetivada é essencial que seja ofertado vale transporte aos alunos, já que grande parte dos jovens não tem condições financeiras de arcar com o alto custo do transporte urbano de Belo Horizonte e da RMBH.

Por meio da Tabela 3 é possível perceber que o Núcleo Empreendedorismo (NEJ) é o que apresenta maior número de municípios atendidos, seguido do Núcleo Valores de Minas e por último o Núcleo de Criação e Design (NCD). Isso pode ser explicado pelo fato de que, no período da pesquisa, devido às mudanças causadas pela troca de gestão, houve uma suspensão do fornecimento do vale transporte por parte do governo, e o NEJ possuía a situação mais normalizada devido ao custeio do vale transporte realizado pelo parceiro

mantenedor do núcleo, o Sebrae. Já o NCD esteve com as aulas suspensas entre o final de abril/2019 e meados de maio/2019. Com o retorno das aulas, estava sendo fornecido apenas o vale transporte utilizado dentro de Belo Horizonte (BHBUS), e sem fornecimento dos vales transportes utilizados nos municípios da RMBH. Esse fato certamente comprometeu a permanência de alunos dos demais municípios no núcleo, e pode explicar o fato da pesquisa demonstrar o alcance de apenas 5 dos 31 municípios da RMBH. O Núcleo Valores de Minas está operando apenas com a oferta dos cursos técnicos, para os quais não está prevista a oferta do vale transporte, o que pode explicar o atendimento mais restrito à RMBH. Vale ressaltar que o Núcleo Valores de Minas é reconhecido pela oferta de cursos técnicos e também cursos livres aos jovens, e no ano de 2019 os cursos livres foram suspensos, por decisão governamental, com previsão de retorno no segundo semestre de 2019. Porém, provavelmente, sem a oferta do vale transporte, o acesso dos jovens mais periféricos e de menor renda ao projeto está restringido.

Tabela 3: Distribuição dos jovens matriculados por município de residência em 2019 (%). N=206

Município	Núcleo			
	NEJ	Valores de Minas	NCD	Total Geral
Belo Horizonte	50,0	54,5	65,5	53,9
Betim	7,8	0,0	3,1	2,80
Caeté	0,8	0,0	0,0	0,52
Contagem	9,4	9,1	6,3	9,28
Esmeraldas	2,4	0,0	0,0	1,55
Ibirité	0,8	2,3	3,1	1,55
Lagoa Santa	2,3	0,0	0,0	1,55
Matozinhos	0,8	0,0	0,0	0,52
Nova Lima	1,6	2,3	0,0	1,55
Pedro Leopoldo	0,8	2,3	0,0	1,03
Raposos	0,8	0,0	0,0	0,52
Ribeirão das Neves	7,8	11,4	15,6	10,31
Sabará	2,4	13,6	0,0	4,64
Santa Luzia	5,5	4,5	6,4	5,67
São Joaquim de Bicas	0,8	0,0	0,0	0,52
São José da Lapa	2,3	0,0	0,0	1,55
Vespasiano	2,3	0,0	0,0	1,55
Não quero responder	0,8	0,0	0,0	0,52
Não sei responder	0,8	0,0	0,0	0,52
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração Própria

Além de propiciar que o projeto não fique restrito apenas aos jovens da capital mineira, o acesso por parte de jovens da região metropolitana proporciona um enriquecimento das relações sociais entre os jovens. Este fato foi retratado pela egressa do Núcleo de Criação e Design, que relata: “e aí eu acho que eu descobri muitos pontos de vista, muitas maneiras novas de fazer e pensar as coisas, porque eram todas as pessoas diferentes, todos os bairros possíveis de Belo Horizonte e Região Metropolitana.” (Entrevistada 5).

Diante dos riscos de cancelamento do fornecimento de vale transporte aos jovens, devido à contenção de gastos realizada pelo governo estadual, perguntou-se aos jovens sobre o impacto disso na sua participação no Plug Minas. Essa pergunta foi realizada apenas aos alunos do NCD e NEJ, já que os alunos do curso técnico do Valores de Minas já não recebem o vale transporte, e o curso livre deste núcleo está suspenso. Foi possível perceber, conforme mostrado pela tabela 4, que a maioria dos alunos residentes no município de Belo Horizonte, 41,18% respondeu que mesmo com a falta do vale transporte continuaria freqüentando o curso. Por outro lado, a maior parte dos alunos residentes na região metropolitana respondeu que não continuaria (47,37%), ou que talvez continuaria (27,63%).

Tabela 4-Caso o programa não ofereça o seu vale transporte, você pretende continuar no curso? (%). N=206

Município de residência	Não	Sim	Talvez
Belo Horizonte	22,35	41,18	36,47
RMBH	47,37	25,00	27,63

Fonte: Elaboração própria.

*Nota: Essa pergunta foi realizada apenas para os alunos do NEJ e do NCD, já que os atuais alunos do Valores já não recebem o vale transporte.

Quanto à idade, os jovens entre 17 e 20 anos predominam na amostra, com destaque à idade de 18 que representa 22,1% dos jovens matriculados que responderam o questionário. A tabela 5 sintetiza esses dados. O menor percentual de alunos nas idades a partir de 20 anos pode ser explicado pelo fato de que a partir dessa idade é mais comum que os jovens tenham outras oportunidades, como ingresso no ensino superior ou inserção no mercado de trabalho, como já citado no capítulo 2, e assim não priorizem participar de projetos como este.

Tabela 5-Percentual de jovens matriculados por idade em 2019 (%). N=206

Idade	Núcleo			
	NEJ	Valores de Minas	NCD	Total
16	4,7	0,0	0,0	2,9
17	20,3	9,1	3,1	15,2
18	22,7	22,7	18,7	22,1
19	16,4	11,4	9,4	14,2
20	12,5	22,7	25,0	16,7
21	8,6	6,8	12,5	8,8
22	5,5	9,1	6,3	6,4
23	4,7	6,8	9,4	5,9
24	4,7	2,3	3,1	3,9
25	0,0	2,3	6,3	1,5
26	0,0	0,0	3,1	0,5
27	0,0	4,5	0,0	1,0
30	0,0	2,3	3,1	1,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria

Em consonância com a idade predominante, há em 2019 uma prevalência de respondentes que já finalizaram o ensino médio, representando 72,55% do total, enquanto 16,67% ainda estão realizando o Ensino Médio. Ainda, 8,33% dos jovens possuem ensino superior incompleto, e apenas 1,96% já concluiu o ensino superior.

Tabela 6- Percentual de jovens matriculados por grau de escolaridade e 2019 (%).N=206

Escolaridade	Núcleo			
	NEJ	Valores de Minas	NCD	Total Geral
Realizando o ensino médio	22,70	9,1	3,1	16,67
Ensino médio completo	71,10	72,7	78,1	72,55
Ensino Superior incompleto	5,50	11,4	15,6	8,33
Ensino Superior completo	0	6,8	3,1	1,96
Técnico	0,80	0,0	0,0	0,49

Fonte: Elaboração própria

No que se refere à renda familiar dos jovens, mais da metade dos matriculados que responderam o questionário informaram possuir renda familiar de até 3 salários mínimos (79,9%), sendo que desses, 2,9 declaram não possuir nenhuma renda, 27% possuem renda familiar de até 1 salário mínimo, e 50% possuem renda familiar de 1 a 3 salários mínimos. Isso demonstra que os jovens

participantes da pesquisa apresentam uma situação de vulnerabilidade em relação à renda, e por isso se faz mais importante os efeitos deste tipo de projeto na trajetória deles.

Tabela 7- Distribuição dos jovens matriculados por faixa de renda em 2019 (%).
N=206

Renda	Núcleo			
	NEJ	Valores de Minas	NCD	Total
Até 1 salário mínimo (até R\$ 998,00).	26,60	20,5	37,5	27,0
De 1 a 3 salários mínimos (de R\$ 998,00 até R\$2.994,00).	46,90	68,2	37,5	50,0
De 3 a 6 salários mínimos (de R\$ 2.994,01 até R\$ 5.988,00).	8,60	6,8	12,5	8,8
De 6 a 9 salários mínimos (de R\$ 5.988,01 até R\$ 8.982,00).	0,80	0	0	0,5
Mais de 9 salários mínimos (acima de R\$ 8.982,00).	2,30	0	0	1,5
Não quero responder.	2,30	0	12,5	3,4
Não sei responder.	7,80	4,5	0	5,9
Nenhuma renda.	4,70	0	0	2,9
Total	100,00	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria.

Ainda, o questionário se propôs a caracterizar o público LGBT participante do projeto, com a finalidade de analisar se há inclusão dessa população no projeto, haja vista que ela ainda sofre diversas exclusões e violações de direitos nas esferas da sociedade. De acordo com a pesquisa, pode-se considerar o projeto possui um público LGBT representativo, na medida em que 32,03% dos respondentes se consideram LGBT, com destaque maior para o núcleo Valores de Minas que possui um percentual de 61,36% de LGBTs.

Tabela 8- Percentual de público LGBT nos alunos matriculados em 2019 (%).
N=66

LGBT+	Núcleo		
	NEJ	Valores	NCD
Assexual	0,79	0,0	0,0
Lésbica	0,00	11,4	5,6
Bissexual	10,24	34,1	61,1
Gay	4,72	11,4	27,8
Transexual	0,00	2,3	0,0
Pan	0,79	2,3	0,0
Total LGBT	16,54	61,36	53,1

Fonte: Elaboração própria.

Ainda, por meio do relato de egressos do projeto, percebe-se que o projeto, geralmente, é visto como espaço de acolhimento para os jovens LGBTs. O

egresso Entrevistado 6, homem transgênero, que faz cursos no Plug Minas desde 2013 até os dias atuais, relata que o projeto foi essencial como fonte de apoio no seu processo de transição de gênero:

[...]eu sou um homem trans- quando entrei lá eu ainda não tinha feito minha transição hormonal, nem psicológica, nem social, e o Plug Minas, o Valores de Minas em si foi minha mãe, meu pai, minha avó, foi minha família por muito tempo, porque quando eu entrei lá, foi quando minha mãe foi embora de casa, e eu tava sem perspectiva de via nenhuma mesmo [...]. (Entrevistado 6,)

5.3 Os efeitos percebidos: habilidades adquiridas, projetos de futuro e participação social

Utilizando como base as variáveis apresentadas no Quadro 4, foram elaboradas questões tanto para o questionário aplicado aos alunos matriculados, quanto para a entrevista semi-estruturada realizada com egressos do projeto, que tiveram como objetivo mensurar os resultados nas três dimensões dos objetivos do projeto: educação, trabalho, e participação social. É importante ressaltar que os gráficos de 2 a 11 são resultados das perguntas do questionário (disponível no apêndice) que utilizaram a escala likert, e para todas as perguntas, os respondentes optaram entre 0 e 10, em que 0 significa nada e 10 significa bastante.

Utilizando como base as variáveis apresentadas no Quadro 4, foram elaboradas questões tanto para o questionário aplicado aos alunos matriculados, quanto para a entrevista semi-estruturada realizada com egressos do projeto, que tiveram como objetivo mensurar os resultados nas três dimensões propostas pelo projeto: educação, trabalho, e participação social. É importante ressaltar que os gráficos de 2 a 11 são resultados das perguntas do questionário (disponível no apêndice) que utilizaram a escala likert, e para todas as perguntas, os respondentes optaram entre 0 e 10, em que 0 significa nada e 10 significa bastante.

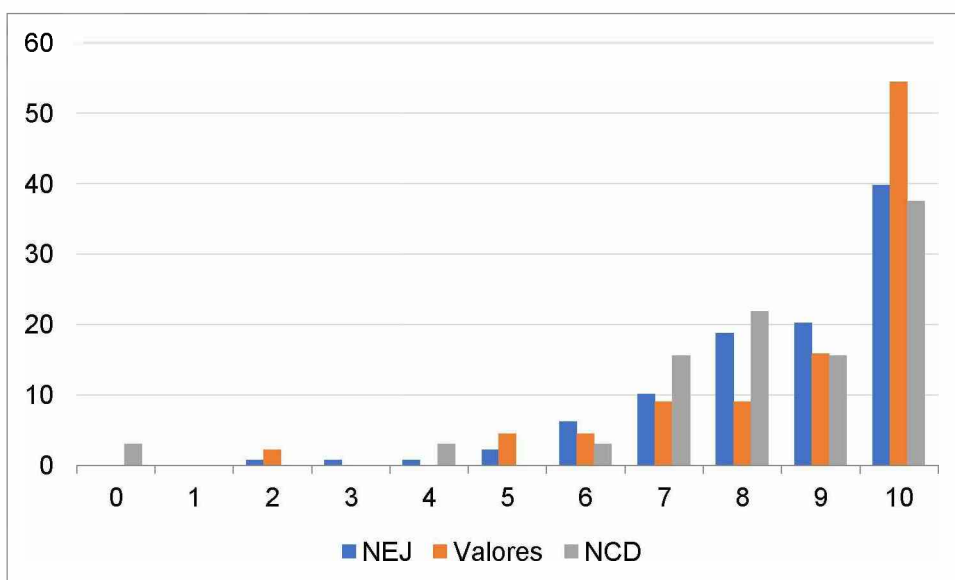
5.3.1 Área de resultados da educação

Inicialmente, os alunos responderam às questões referentes aos objetivos da área de *educação*, que se propõe a obter resultados nas subáreas de *construção de conhecimento* e de *desenvolvimento de habilidades*. Em relação à construção de conhecimento, foi avaliado em que medida a participação do jovem no Plug Minas proporcionou o aprendizado de conteúdos gerais e conteúdos específicos da área

estudada. É importante ressaltar que políticas de formação educacional trazem uma visão do jovem orientada para a formação de capital humano e social, com foco em seu papel como ator estratégico de desenvolvimento, concepções já estudadas no capítulo 2.

Nesse sentido, mais de 75% dos jovens, dos três núcleos pesquisados, afirmaram que o curso realizado proporcionou aprendizagem de conteúdos gerais entre os níveis 8 e 10, sendo que o percentual de alunos de cada núcleo que consideram a percepção “bastante” (10) foi e 39,8% para o NEJ, 54,5% para o Valores e 37,5% para o NCD, conforme mostrado no gráfico 2. Esse resultado é positivo e sinaliza que os cursos cumpriram seus objetivos mais amplos de levar conhecimentos novos aos jovens. A diferença de percentuais entre os núcleos, com maior destaque para o Valores de Minas, pode ser explicado pelo fato de que os cursos oferecidos neste núcleo são estritamente da área artística, de forma que todos os conhecimentos envolvidos que extrapolam essa área podem ser mais facilmente identificados pelos alunos como conhecimentos gerais, enquanto os cursos dos outros núcleos apresentam conteúdos mais objetivos.

Gráfico 1 – Em que medida o curso do NEJ te proporcionou aprendizagem de conteúdos gerais?



Fonte: Elaboração própria

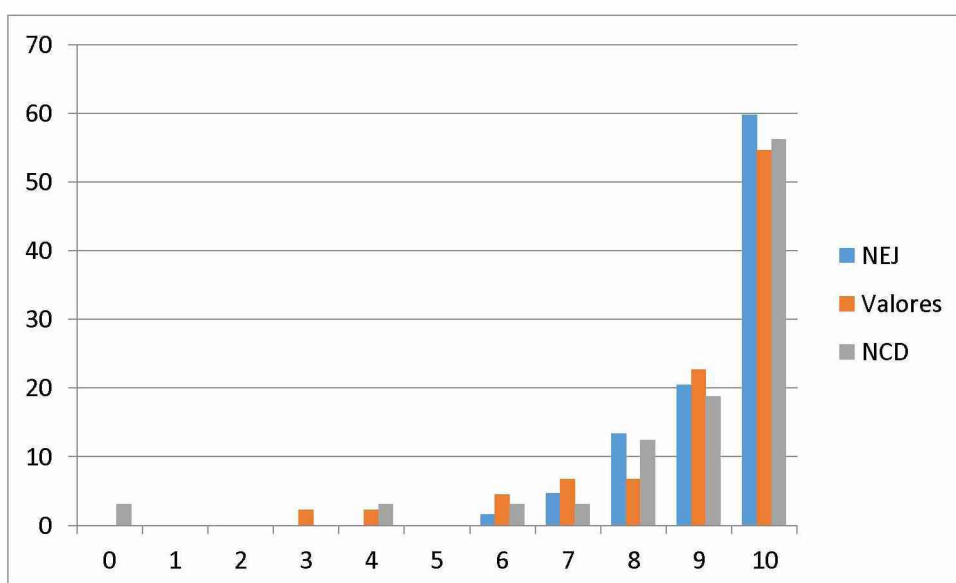
A aprendizagem positiva de conteúdos gerais também foi identificada pela percepção dos egressos. Segundo eles existem aulas, eventos, atividades, que extrapolam o conteúdo do curso, sendo este, portanto, um resultado favorável da

área de educação. No entanto, essa percepção é menos relatada do que a percepção de aprendizagem de conteúdos específicos do curso realizado. O Entrevistado 1, egresso do curso de teatro e do curso de vitrinista, afirma que ele pôde aprender sobre conteúdos que não são ensinados na escola regular. A Entrevistada 5, egressa do curso Técnico em Produção de moda relata algo nesta mesmo direção:

Eu sentia que tinha realmente um viés educacional muito forte lá dentro. Às vezes tinham uns eventos temáticos, lembro que uma vez teve um negócio de empreendedorismo de outro núcleo que era aberto pra todo mundo, também tinha muita coisa de arte mesmo que acontecia lá dentro, muita coisa diferente que a gente tinha contato. (Entrevistada 5).

Paralelamente a isso, a *aprendizagem de conteúdos específicos* foi considerada mais satisfatória pelos alunos, de forma que mais de 80% dos alunos marcaram os pontos de 8 a 10 da escala. As respostas de cada um dos núcleos são muito próximas: 59,8% dos alunos do NEJ, 54,7% dos alunos do Valores, e 56,3% dos alunos do NCD consideraram “bastante” (10) a *aprendizagem de conhecimentos específicos*, como apresentado no gráfico 3.

Gráfico 2 - Em que medida o curso realizado te proporcionou aprendizagem de conteúdos específicos da respectiva área?



Fonte: Elaboração própria

Em geral, a percepção demonstrada pelos egressos do curso é de que os conteúdos específicos referentes a cada curso é repassado com muita qualidade pelos docentes, e de maneira muito completa. Assim, este objetivo se mostra mais efetivo de que a aprendizagem de conteúdos gerais. O Entrevistado 1, egresso do curso Técnico em Administração, relata com muita empolgação sobre os conteúdos aprendidos sobre a área estudada:

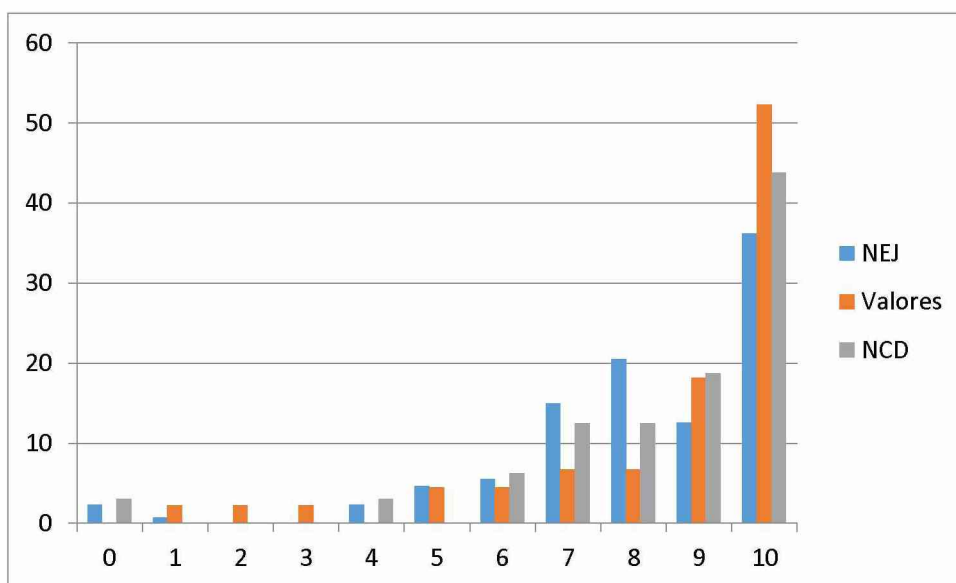
Os professores empenham e muito, quando eu entrei lá era uma equipe muito boa, e, além disso, eles faziam os trabalhos de ir em empresas, plano de negócios, e faziam a gente se esforçar mais para ter conhecimento, porque não é só abrir uma empresa, tem que ter conhecimento. (Entrevistado 1).

Similarmente, a egressa do curso de dança do Núcleo Valores de Minas relata:

Nossa foi maravilhoso, deu vontade de voltar e fazer tudo, mas eu gostei muito porque mesmo eu nunca tendo feito dança, chegar lá e aprender questões de palco de como se portar de como ser um artista, aprender a criar é muito bom mesmo sendo para iniciante porque depois começamos a pegar a coreografia já vem com essa carga com essa experiência, a gente também cria um senso crítico que acaba sendo bom. (Entrevistada 3)

Ainda dentro da dimensão de resultados da área de *educação*, foi analisada a subdimensão *desenvolvimento de habilidades*. Entre os alunos do NEJ, 69,3% consideram que a participação no projeto contribuiu de 8 a 10 para desenvolver habilidades ou algum potencial até então desconhecido, enquanto 77,3% e 75,1% dos alunos do Valores e do NCD, respectivamente, responderam esses níveis da escala para essa pergunta.

Gráfico 3- Em que medida o curso realizado te proporcionou desenvolvimento de habilidades ou algum potencial até então desconhecido?



Fonte: Elaboração própria

Ainda sobre o desenvolvimento de habilidades os alunos do NEJ relataram ter desenvolvido habilidades de liderança, empreendedorismo, comunicação em público e expressão, autoconhecimento, criatividade, trabalho em equipe, iniciativa, relacionamento interpessoal, organização, proatividade, leitura e escrita, postura, entre outros. Já os alunos do Valores mencionam que desenvolveram habilidades como: escrita, expressão, flexibilidade corporal, performatividade, potencial como poeta, ministrar aulas, comunicação em geral, habilidades com instrumentos musicais para o caso dos alunos do curso de música, entre outros. E por fim, os alunos do NCD citam o desenvolvimento de habilidades como desinibição corporal, profissionalismo, apresentação em público, vendas, costura, modelagem, desenho de moda, desenvolvimento de sites e peças gráficas, entre outros. As habilidades evidenciadas, em geral, fazem parte dos conteúdos abordados pelas áreas de foco de cada um dos núcleos, somados com habilidades gerais proporcionadas pelo próprio envolvimento no projeto.

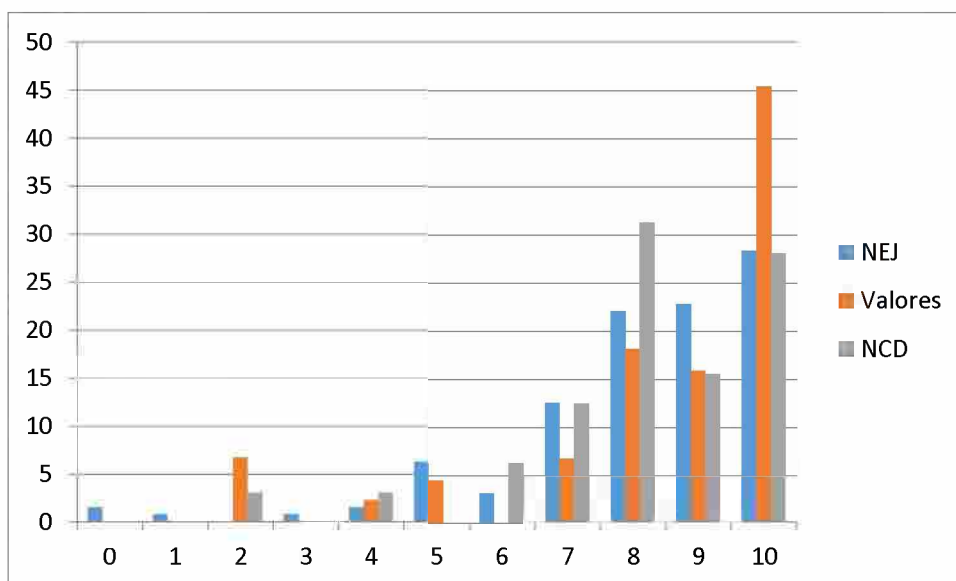
Além disso, os ex-alunos também relatam habilidades e potenciais, como exemplo do Entrevistado 1 que conta que, por meio do curso de Desenhista do NCD, ele descobriu sua habilidade com desenho, já que antes do curso ele não desenhava nada, e agora que tem uma noção da técnica pretende continuar

praticando para aprimorá-la. O Entrevistado 5 também conta que sua participação no projeto no curso Técnico em Circo proporcionou o desenvolvimento de habilidades, além de reforçar a efetiva formação educacional do projeto:

O circo foi uma das habilidades que eu desenvolvi, e os desenhos [...] como lá você tem uma formação integral você faz aulas com todas as áreas, tinha um período que eu ficava fazendo aula com outras áreas. No Módulo I você faz só sua área e no módulo I você tem contato com todas, então eram vários pontos em que eu me descobria, a cada dia de curso eu me descobria mais. (Entrevistado 5).

Ainda foi analisada em que medida a participação no projeto contribui para que os jovens beneficiários desenvolvam sua habilidade de lidar com situações cotidianas. Nesse sentido, a maior parte dos jovens demonstrou um nível de satisfação entre 8 e 10, sendo que a satisfação máxima (10) representou 45,5% para os alunos do Valores, seguido de 28,35% para os alunos do NEJ e 28,1% para os alunos do NCD. As proporções de escala 10 para esta variável são menores que as demais, mesmo, em geral, sendo positivas, o que pode ser explicada por esse subdimensão ser uma proposta educacional menos palpável, e pode encontrar maiores dificuldades de efetivação no projeto pedagógico. No entanto, os alunos do Valores de Minas se destacam no ponto 10 da escala, o que pode ser explicado pelo fato de este núcleo ser composto, em geral, por um perfil de alunos mais socialmente engajados e, que podem permear por esta subdimensão com maior facilidade no cotidiano do curso

Gráfico 4- Em que medida a sua participação no Plug Minas contribuiu para desenvolver sua habilidade de lidar com situações cotidianas?



Fonte: Elaboração própria

Os cursos ofertados no projeto se comprometem a ensinar aos jovens além dos conhecimentos educacionais dispostos no projeto pedagógico, proporcionando o desenvolvimento interpessoal para enfrentar situações cotidianas e problemas reais no dia a dia. O ex-aluno do curso Técnico em Administração conta que o projeto contribuiu para que ele organizasse melhor a sua vida pessoal:

Aprender administrar bem a vida, questão financeira, pessoal, emocional. Hoje em dia está tudo tão difícil, e você começa a lembrar que você como cidadão e como empreendedor você tem que ter postura, tem que ter pensamento crítico, tem que ter “pé firme”. Isso ajuda na vida também, são coisas que leva pro dia a dia. (Entrevistado 1).

O egresso do curso Técnico de Circo também retrata a contribuição do projeto para lhe ensinar a “contornar situações”:

Significou tudo pra mim, se não fosse o Valores eu não seria “eu”, o Pedro (nome fictício) de agora não seria esse, o Valores me ajudou a me descobrir, a crescer, a me impor perante situações não muito agradáveis que eu enfrentei durante o ano, durante a minha vida. Desde 2015 o Valores bate na minha porta todo dia me lembrando sobre como agir, sobre como contornar situações. [...] (Entrevistado 4).

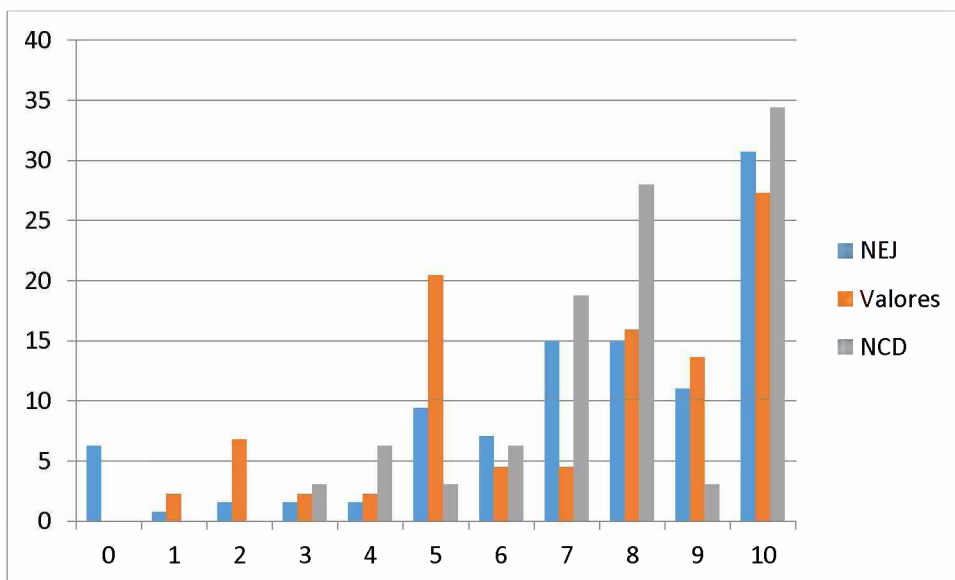
Portanto, percebe-se que a área de educação, se destacam os efeitos da aprendizagem de conteúdos específicos de cada curso realizado, enquanto os efeitos da aprendizagem de conteúdos gerais são menos expressivos. Além disso, há uma percepção bastante positiva quanto ao desenvolvimento de habilidades, e estas expressam conteúdos propostos por cada núcleo no desenvolvimento do jovem e habilidades que expressam o desenvolvimento por meio da própria participação do projeto como um todo.

5.3.2 Área de resultados de trabalho

Partimos para a análise da dimensão dos resultados da área do *trabalho*, considerando as subdimensões de *qualificação e inserção profissional e empreendedorismo juvenil*. Esta dimensão corrobora com a concepção de juventude apresentada no capítulo 2, que retrata a formação de competências para o trabalho como um dos principais tipos de políticas desenvolvidas com o foco à formação de capital humano e social para a juventude, considerando os jovens como atores estratégicos do desenvolvimento.

Primeiramente, os jovens matriculados no Plug Minas responderam em que medida o projeto contribuiu para o desenvolvimento da sua rede de oportunidades profissionais, de ingresso no ensino superior, entre outros. De acordo com a pesquisa, existe uma satisfação dos alunos de mediana para alta em relação à esta questão, com maior percentual de resposta entre o nível 5 e 10 da escala. O resultado menos efetivo desta subdimensão do desenvolvimento da rede de oportunidades pode ser explicado pelo fato de que ainda não é expressiva a inserção destes jovens no mercado de trabalho, e as oportunidades ocorridas, geralmente, não estão diretamente ligadas com o curso realizado no projeto. É possível destacar o núcleo Valores de Minas, que, apesar de 27,3% dos alunos afirmarem contribuição de nível 10, 20,5% deles afirmam ter percebido contribuição de nível 5, conforme apresentado no gráfico 6.

Gráfico 5- Em que medida o Plug Minas contribuiu para o desenvolvimento da sua rede de oportunidades (como oportunidades profissionais, ingresso em ensino superior, etc.)?



Fonte: Elaboração própria

Já os egressos relatam que, em geral, não tiveram oportunidades profissionais diretamente ligadas aos cursos realizados no projeto, mas a participação no projeto enriquece o currículo, como mencionado pelo Entrevistado 1:

Como o Senac é uma instituição conhecida no Brasil inteiro, acho que com meus certificados, a chance de conseguir algum emprego são bem maiores, e penso em entrar na universidade. (Entrevistado 1).

Além disso, o projeto traz direcionamentos de oportunidades em outros âmbitos, como na condução para o ensino superior. Este é o caso da Entrevistada 5, que por meio do seu curso no Núcleo de Criação e Design teve contato com assuntos relacionados à assessoria e afins, e a partir disso a egressa decidiu por seguir essa área, e hoje realiza este curso superior na Universidade Federal de Minas Gerais. Além disso, o Entrevistado 4 conta que continuou praticando circo, além de integrar um grupo de dança, também integrado pela Entrevistada 3, que é de um professor que ele conheceu no curso do Valores:

Eu continuo praticando circo, fazendo aulas, “to” fazendo aula de dança também, entrei pro Anjos de Rua que é um programa que eu conheci no Valores por meio do professor de dança do valores que é o mesmo do projeto. (Entrevistado 4).

Somado aos relatos dos egressos, os alunos, por meio das questões abertas sobre o que o projeto significou na vida deles, também citaram contribuições do projeto para a sua qualificação e inserção profissional: “O projeto significou tudo, antes do Plug eu nem sabia qual seria meu primeiro emprego, hoje eu descobri a área que eu gosto e consegui meu primeiro emprego nesta área”, respondeu um beneficiário. Os alunos também relacionam como puderam aplicar a qualificação adquirida no mercado de trabalho:

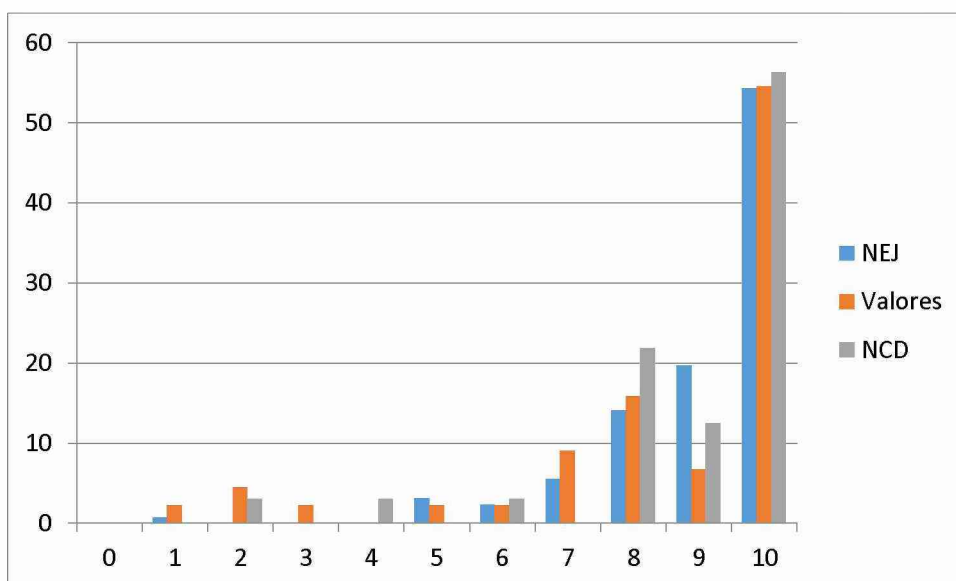
Uma grande conquista, pois consegui conhecimento de ótima qualidade que me possibilita alguns "freelances", e me fez conhecer uma parte sobre mim que não conhecia me despertando interesse em uma área que não imaginava que eu fosse bom. O curso me ensinou desde logomarcas, banners, panfletos, convites, etc.. Além da passagem e alimentação inclusive me deixando mais aliviado com relação a gastos. Só tenho a agradecer ao Plug e ao Senac.(Beneficiário do Núcleo de Criação e Design).

Como citado anteriormente, não foi percebido, pelos beneficiários, uma relação direta entre a qualificação profissional oferecida por cada curso e a inserção no mercado de trabalho como consequência dessa qualificação. No entanto, um efeito muito relevante percebido é a influencia do projeto na alteração dos “projetos de futuro” dos jovens, seja futuro profissional ou pessoal, conforme explicado pelo Entrevistado 6:

Todas as pessoas que estão lá, elas não vão seguir carreira artística, é o formato pedagógico que faz as pessoas terem uma perspectiva profissional diferente. Em todos os lugares que você for de Belo Horizonte ou Região Metropolitana, qualquer lugar, qualquer escola que teve um aluno que passou por aquele espaço, qualquer pessoa que você perguntar, orientador, professor, diretor, vai falar que aquele aluno ou aquela aluna são pessoas diferentes, que eles notaram diferença. [...] Fora o *networking*, não falo em questão financeira e de negócios, mas o *networking social* mesmo que se cria, assim que você não encontra em nenhum outro lugar. (Entrevistado 6).

Dentro desse contexto, no que se refere à contribuição do projeto para alterar/ampliar a visão, planejamento e perspectivas para o seu futuro profissional, a percepção dos jovens é bastante positiva: mais da metade dos alunos atribuiu total contribuição do projeto (10), sendo estes 54,33 % dos alunos do NEJ, 54,5% dos alunos valores e 56,3 % dos alunos do NCD, como apresentado pelo Gráfico 7.

Gráfico 6- Em que medida o Plug Minas contribuiu para alterar/ampliar sua visão, planejamento e perspectivas para o seu futuro profissional?



Fonte: Elaboração própria

Houve muitos relatos sobre como o projeto influenciou os projetos de futuro desses jovens, despertando sonhos e habilidades profissionais. Destacam-se algumas respostas abertas do questionário nesta direção “Hoje desejo ser uma arte educadora por conta do projeto.”; “Eu ajudo minha avó a costurar, ensino meu pai a fazer o mesmo e trabalho como costureira.”; “Tenho um sonho em trabalhar com música e corporiedade, alinhar o trabalho da música (canto) com o corpo, trazendo o teatro mais real para o canto.”; “Tive oportunidade de ser monitor de circo dentro do próprio Valores e também ministrar oficinas em escolas públicas, hoje trabalho com um time de *Cheerleader* ensinando movimentos acrobáticos.”; “Através do conhecimento adquirido, comecei a ministrar aulas de música”.

A contribuição do projeto na construção dos projetos de futuro e delimitação de sonhos e desejos profissionais na vida dos jovens também é percebida nos relatos dos egressos, como mencionado pela ex-aluna do curso de dança, que conta ter conhecido grupos e outros estilos de dança que fazem parte da vida dela até hoje, e mesmo cursando graduação em Ciências Biológicas, ela pretende continuar na área da dança:

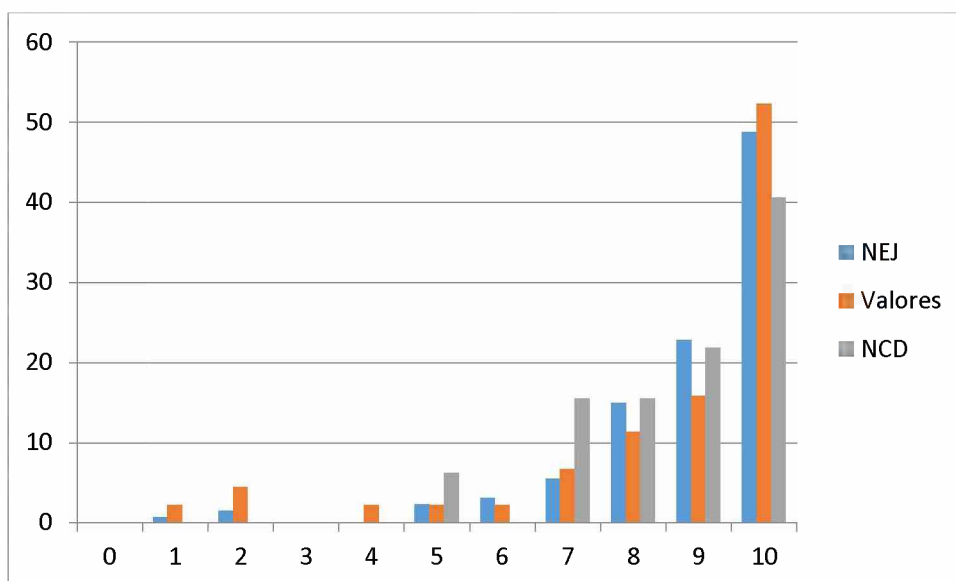
O Plug me fez ter certeza que é o que eu quero fazer, mesmo eu fazendo faculdade em outra área eu quero continuar. Mas pra mim é foi fundamental para eu saber que é uma área que eu não quero

largar, eu quero apresentar, eu quero continuar dançando, eu quero chegar ao ponto de ter uma experiência grande de poder apresentar em algum grupo, principalmente o Pole [pole dance], quem sabe de abrir um estúdio de dança. (Entrevistada 3).

Na subdimensão *empreendedorismo juvenil*, dentro da área de resultados do *trabalho*, foi analisado em que medida o projeto contribuiu para ampliar a responsabilidade e autonomia dos jovens, em que medida o projeto orientou o desejo deles na busca por diferentes informações, e quanto o projeto possibilitou o contato do jovem com alternativas de inovação profissional. Para a primeira pergunta, as medidas mais consideradas pelos jovens foram entre 7 e 10, sendo que 92,14% dos alunos do NEJ, 86,4% do alunos do Valores e, 93,7% dos alunos do NCD optaram por este nível de percepção. As outras variáveis da subdimensão de empreendedorismo juvenil apresentam tendência também parecida.

Na percepção sobre a contribuição do programa para o desejo dos jovens de buscar diferentes informações, mais de 90% dos alunos nos três núcleos optaram pela escala entre 7 e 10, enquanto na percepção sobre o quanto o projeto proporcionou com alternativas de inovação, mais de 86% dos alunos nos três núcleos marcaram entre 7 e 10. As respostas das três perguntas estão apresentadas nos Gráficos 8, 9 e 10, respectivamente. Dessa maneira, as três variáveis analisadas para a subdimensão de *empreendedorismo juvenil*, estão entre os objetivos do programa com maior efetividade na vida dos beneficiários.

Gráfico 7- Em que medida o Plug Minas contribuiu para aumentar a sua responsabilidade e autonomia?



Fonte: Elaboração própria

Na percepção dos egressos, a forma com que as decisões são tomadas envolvendo totalmente os alunos, além da execução das atividades propostas pelo projeto que requerem responsabilidade e engajamento por parte dos alunos, são fatores que contribuem fortemente para aumentar a responsabilidade e a autonomia dos beneficiários. O ex-aluno do curso Técnico em Circo explica que a metodologia de decisões por meio de assembleia promove a autonomia dos alunos, e a criação artística independente contribuiu para reforçar a responsabilidade dos alunos:

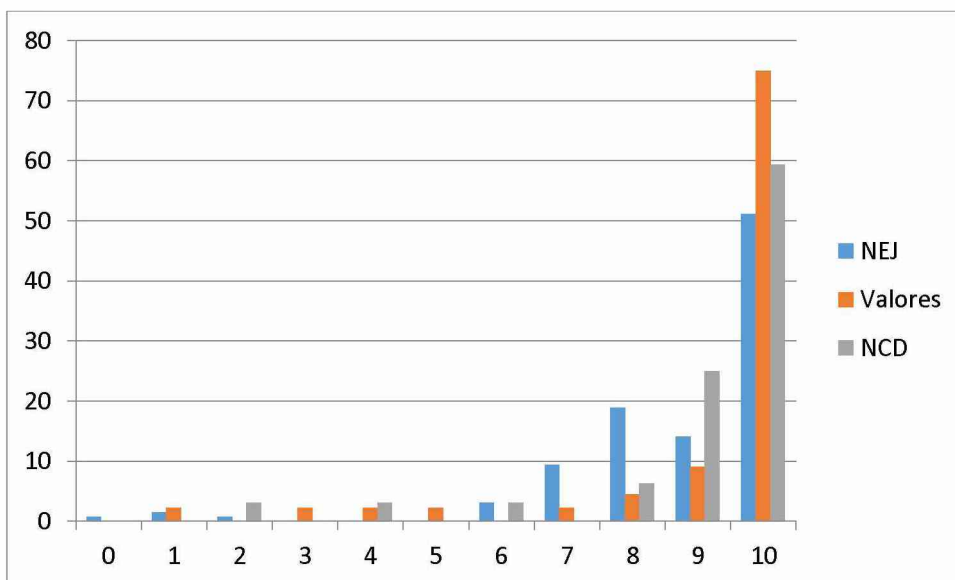
Só de você ter a assembleia organizada por alunos e ter a construção das suas regras, isso já é autonomia. O seu espetáculo artístico é você que cria, a cena base é você que cria, o tema, o seu personagem, e com o avançar dos módulos você se torna mais independente e cria tudo sozinho. (Entrevistado 4).

A ex-aluna do curso Técnico em Produção de moda também considera que as atividades propostas pelo projeto estimulam a responsabilidade e autonomia dos alunos:

Uma coisa muito objetiva, o jeito de lidar com problemas muda, e as responsabilidades porque eu fazia muitos trabalhos muito diferentes. Por exemplo, a gente fazia um trabalho com Ronaldo Fraga e a gente tinha que desenvolver um livro de processos e tal, e criar o costume de registrar o que eu tava fazendo, o que eu estava pensando, de ter a responsabilidade de que tal dia eu precisaria mostrar, eu precisaria produzir e meio que usar a minha criatividade de formas responsáveis, eu podia ir lá o tanto que eu quisesse, mas

eu precisava tirar alguma coisa daquilo, algum aprendizado, algum produto físico, então acho que foi nesse sentido de ter muita responsabilidade, e entender o valor de diversas áreas sobre a mesma questão. (Entrevistada 5).

Gráfico 8- Em que medida o projeto ampliou seu interesse em buscar novas informações?

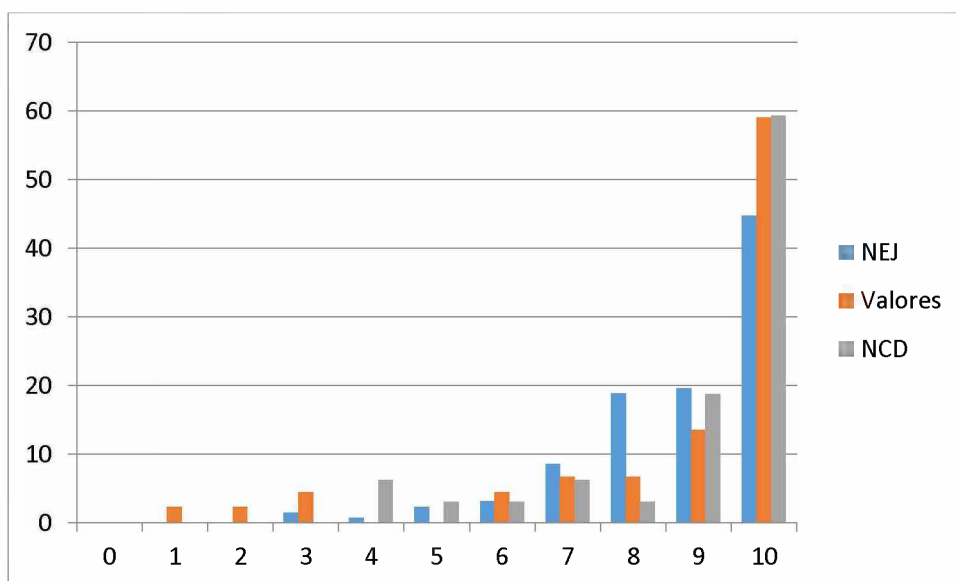


Fonte: Elaboração própria

Ainda, por meio de relatos de alunos e egressos, percebe-se que o contato com áreas de conhecimentos diferentes dentro dos cursos faz com que os alunos se interessem por buscar mais informações e reconhecerem a importância de uma qualificação múltipla e completa, como conta a egressa do curso Técnico em Criação e Design:

No meu núcleo, mesmo sendo de criação e design, a gente tinha aula de marketing, de empreendedorismo, de escola da arte, a gente precisava aprender a entender o tanto que isso tudo afetava numa área só, sabe, então acho que isso tudo mudou muito, talvez, até minha percepção da faculdade, de valorizar todas as disciplinas da minha grade curricular. (Entrevistada 5).

Gráfico 9- Em que medida o projeto possibilitou seu contato com alternativas de inovação?



Fonte: Elaboração própria

Percebe-se que, em geral, os jovens relatam que o contato com aquilo que é uma novidade no cotidiano deles, seja conhecimentos inovadores, ferramentas novas, ou mesmo novas possibilidades contribuiu para alcançar um objetivo amplo da dimensão *trabalho* no sentido de proporcionar que se alteram os projetos de vida desses jovens. Como exemplo, na fala do egresso do curso Técnico em Administração ele demonstra que o todo o conteúdo e as novidades na área que ele pode ter contato, contribuíram para que ele tivesse uma visão sobre sua capacidade em empreender na sua área de atuação:

Apreendi a empreender na questão financeira, ser mais controlado, ter uma visão maior de que eu posso ser capaz sim de abrir uma empresa. Agora que eu “to” trabalhando como cabeleireiro eu penso em esperar uns 2 anos eu ficar firme na área, quem sabe no futuro eu expanda um espaço pra mim mesmo (hoje trabalho com minha irmã e meu cunhado). Imagina no futuro eu conseguir abrir e usar o curso, depois de tantos anos, pra empreender. Meu cunhado fala que no futuro não quer trabalhar mais com isso, aí vai que com o tempo eu começo a assumir, acho que vai me ajudar e muito. (Entrevistado 1, 2019).

Portanto, percebe-se que na área do trabalho o maior destaque positivo é para o efeito proporcionado pelo projeto de contribuir para ampliar as perspectivas e os projetos de futuro profissional dos jovens. Por outro lado, é menos expressiva a

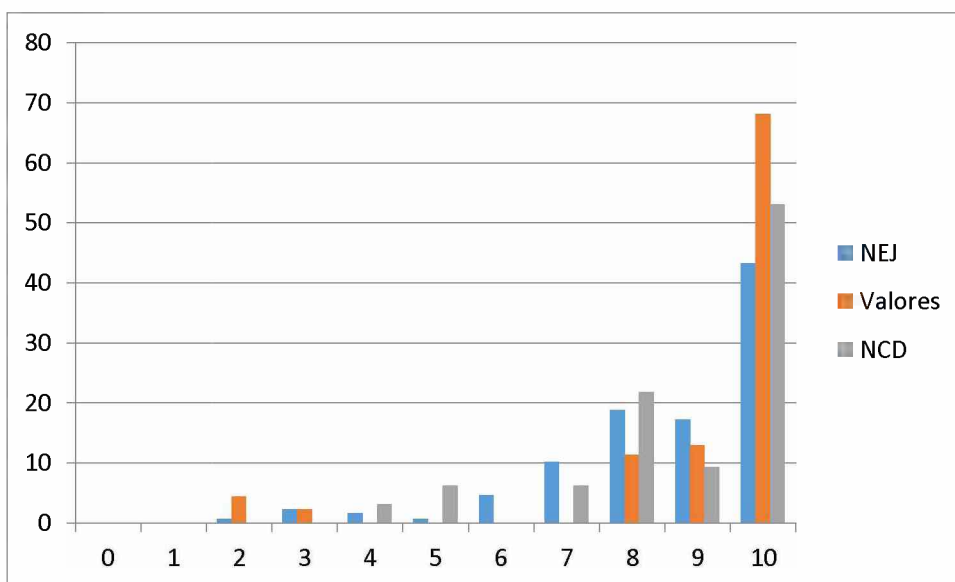
contribuição do projeto para inserção do jovem no mercado de trabalho, para ampliação da sua rede de oportunidades em geral.

5.3.3 Área de resultados de participação social

A terceira dimensão analisada é a dimensão de *participação social*, que contempla as subdimensões da *formação de agentes multiplicadores do desenvolvimento*, e a *formação de jovens atores políticos e comunitários*. Esta dimensão está conectada à concepção de juventude cidadã como sujeito das políticas apresentada no capítulo 2, em que a juventude é compreendida como etapa singular do desenvolvimento pessoal e social.

Relacionado à subdimensão de *formação de agentes multiplicadores*, os jovens responderam em que medida o projeto despertou o desejo de repassar as informações e conhecimentos adquiridos, e puderam contar também alguma experiência concreta de multiplicação de conhecimentos que eles já puderam vivenciar. A maior parte dos jovens respondeu que esse desejo foi bastante despertado pelo projeto, como apresentado pelo Gráfico 11.

Gráfico 10- Em que medida o projeto te despertou o desejo de repassar as informações e conhecimentos adquiridos?



Fonte: Elaboração própria

Para esta pergunta, os alunos também puderam responder se já tiveram oportunidade de compartilhar experiências e serem multiplicadores do conhecimento adquirido no projeto. Conforme representado pela Tabela 9, 54,85% dos alunos afirmam que já tiveram oportunidade de serem multiplicadores do desenvolvimento. Os alunos do NCD foram os mais positivos em relação à esse objetivo do projeto, com 64,7% de resposta afirmativa, seguidos dos alunos do Valores, 63,6%, e por último os alunos do NEJ 49,2%.

Tabela 9 – Percentual de alunos que já tiveram ou não oportunidade de serem agentes multiplicadores do desenvolvimento (%). N=206

Tiveram oportunidade de compartilhar o conteúdo e/ou experiências adquiridas no projeto?	NEJ	Valores	NCD	Total Geral
Sim	49,2	63,6	64,7	54,85
Não	50,8	36,4	35,3	44,66

Fonte: Elaboração própria

Os alunos que responderam de forma afirmativa à pergunta anterior contaram um pouco sobre essa oportunidade. Os alunos do NEJ contaram que repassam informações ensinando sobre educação financeira, economia, empreendedorismo para familiares e amigos, por meio de trabalhos na escola regular, ensinando amigos e familiares a utilizarem ferramentas como Word, PowerPoint, Canva, aplicando conhecimentos no negócio da família, além da oportunidade de apresentar trabalhos realizados no *Projeto Legado Empreendedor* (programa de empreendedorismo com foco no desenvolvimento social) entre outros. Os alunos do Valores comentam que já tiveram oportunidade de ministrar oficinas de artes, dança, música, circo em escolas ou espaços diversos, de ministrar aulas, de participar de exposições de artes e fotografia, ou através do compartilhamento de materiais artísticos adquiridos no curso, repassar técnicas aprendidas para o grupo artístico que compõe fora do projeto, entre outros. E os alunos do NCD mencionaram já ter repassado conhecimentos adquiridos em trabalhos da escola regular, dando aulas, em eventos de moda, ou ensinando para amigos e familiares. No geral, um ponto bastante ressaltado por alunos e egressos é o desejo de sempre

falar a respeito do Plug Minas para todas as pessoas, principalmente com o objetivo de informar outros jovens sobre essa oportunidade.

Já para a subdimensão *de jovens atores políticos e comunitários*, de acordo com as respostas dos alunos, tem-se que esse objetivo se mostrou pouquíssimo efetivo, já que uma parcela pequena afirma participar de algum canal de participação política, como mostrado pela tabela 10.

Tabela 10 – Formação de agentes políticos e comunitários.

Fonte: Elaboração própria.

Apesar disso, o relato dos alunos demonstra um resultado positivo com relação à formação cidadã proporcionada pelo projeto. Nas considerações gerais sobre o programa, em que o aluno poderia responder “o que programa significou para a sua vida”, houve diversos relatos mencionando cidadania e desenvolvimento social: “É mais do que uma formação profissional. É uma formação de cidadãos conscientes”; “Participar do projeto pra mim significa conviver e aprender cada dia mais com as diferenças, evoluir minhas habilidades já existentes e socializar com pessoas de mesmo interesse profissional que eu.”; “Oportunidade de falar, o valores de minas me ensinou coisas sobre a vida, sobre militância, sobre política, sobre estudos regulares e acadêmicos, etc., coisas que uso todos os dias o tempo todo, para tudo”. Assim, é possível perceber que grande parte dos jovens considera que participar do projeto trouxe grandes avanços pessoais e sociais para sua vida:

Ter tido a experiência de participar do programa Valores de Minas abriu meus olhos como cidadão, eu costumo dizer que lá me mostrou que eu sou um ser humano horrível, mas que o problema não é o meu ser, mas sim minha criação, por diversas fatores sociais e que uma sociedade preconceituosa gera crianças preconceituosas, e pela vivência no Valores ter me mostrando isso também me dá a oportunidade de mudar e melhorar. (Aluno do curso Técnico em Música).

Noções sobre direitos e cidadania em geral são vistos como grandes pontos positivos proporcionados pelo projeto:

No projeto eu me conheci de verdade, soube dos meus direitos, aprendi muita coisa sobre ser uma cidadã negra nessa sociedade, descobri o que eu queria estudar na minha vida, aprendi a dançar, criar, escrever, falar, argumentar, perder timidez, lutar pelos meus direitos, entender sobre política, economia e educação. Esse projeto mudou minha vida. (Aluna do curso Técnico em Dança).

Dentro desse contexto da formação cidadã, os alunos e egresso relataram que o diferencial do projeto é o seu modelo pedagógico, que possibilita que os alunos adquiram pensamento crítico, por meio, por exemplo, do protagonismo dado aos jovens nos processos de decisão, na construção das regras, entre outros:

As próprias atividades que eram exercidas você não ficava focado só no circo, você tinha uma formação integrada com tudo, e era uma formação cidadã, você não saía de lá só um artista, você saía um cidadão. A ideia é que você saísse de lá formado como cidadão crítico e ativo na sociedade. Primeiro lugar as assembleias gerais que tinham, então sentava todo mundo e construía as regras, ou seja, o circo tinha suas próprias regras construídas pelos alunos, os alunos pautavam as suas regras junto com o seu coletivo, não era nada imposto pra gente. Sempre que tinha um problema faziam assembleia geral. Podiam ser 500 pessoas, mas sentavam as 500 pessoas e conversavam sobre o assunto e determinavam uma solução para aquele problema. (Entrevistado 4).

Portanto, percebe-se que na dimensão da participação social o maior destaque positivo se deve aos relatos da formação cidadã proporcionada pelo projeto, seguida pela formação de agentes multiplicadores do desenvolvimento, ambos podendo ser identificados por meio dos relatos de alunos e egressos. Por outro lado, os jovens apresentam pouca participação políticas em instrumentos institucionalizados como conselhos e conferências de políticas públicas, ou em movimentos estudantis ou sociais.

5.4 Efeitos não esperados?

As políticas públicas podem gerar efeitos para além dos previstos, tanto positivos quanto negativos. Nesta seção, iremos analisar os efeitos não esperados identificados por meio da pesquisa.

5.4.1 Efeito psicossocial

Para além das dimensões propostas como objetivos do projeto, educação, trabalho e participação social, relatos de alunos nas questões abertas do questionário e de egressos apontaram para um efeito não esperado do projeto em dimensões psicossociais. Como já estudado no capítulo 2, é de extrema importância

que a política para a juventude seja capaz de gerar mudanças no âmbito psicossocial, que se refere às capacidades de autoexpressão, autoestima e autoconfiança para que se torne possível que os jovens possam usufruir das oportunidades oferecidas a ele. Os relatos revelam percepções sobre o desenvolvimento das relações interpessoal, estímulo da autoexpressão de emoções e sentimentos e para impulsionar as relações sociais do jovem:

O Valores de Minas entrou na minha vida em um momento em que eu precisa mesmo, foi lá que eu vivi emoções impressionantes, foi lá que eu me vi em um lugar maravilhoso onde você pode ser você, foi lá que eu fiz amizades e conheci pessoas extraordinárias, foi indo lá que eu consegui amenizar a minha dor e sustentar a minha saúde mental. É um lugar com histórias, e o valores faz parte da minha história, o valores mudou a minha vida. Gratidão eterna “VaVa”. (Aluno do Núcleo Valores de Minas).

Foi uma experiência muito boa, eu evolui muito como uma pessoa. Eu vivia muito fechado, na minha bolha, no meu mundinho.[...] Antes era da escola pra casa da casa pra escola, agora eu saio mais. Depois que eu entrei pra cá eu comecei a pensar, ter mais empatia pelo próximo, e me tornei uma pessoa bem melhor, graças ao Plug Minas. (Entrevistado 1).

O Plug Minas mudou a minha vida em todos os sentidos possíveis, me encontrei e transformei lá dentro, fiz os 3 anos de curso livre e agora faço técnico em artes visuais e uma gama de conhecimento adquirido que não sei explicar, tive a oportunidade entrar em uma universidade pública graças ao programa, ele além de ensinar arte ensina a gente a ser cidadão, mostrar o respeito pelo próximo. Você entra lá de uma forma e sai completamente diferente é uma sensação inexplicável só vivendo lá mesmo. (Aluno do Núcleo Valores de Minas, grifo nosso).

Também são percebidos efeitos positivos em relação à autoestima dos jovens, seja por meio do empoderamento social visto no projeto, quanto pela atribuição de capacidades e possibilidades de vida aos jovens:

Estou no projeto desde 2017, o projeto me abriu novos leques, pude rever meus valores e jeito de pensar, mudei, me tornei uma pessoa mais consciente dos meus atos e consciente politicamente, me tornei politicamente ativa, entendi que meu corpo é político, me vi como poeta, mesmo escrevendo desde criança deixei de escrever quando com auto estima baixa e voltei a escrever quando me encontrei no valores, me aceitei em relação a minha orientação sexual, **valores literalmente salvou minha vida**, entrei em 2017 no curso livre, **depois de uma tentativa de suicídio**, estar naquele lugar com aquelas pessoas me salvou, sou grata ao espaço as pessoas amigas aos professores incríveis que conheci e levei pra vida. (Aluno do Plug Minas, grifo nosso).

Do mesmo modo, dentro da dimensão de efeitos psicossociais, a autoconfiança e a segurança em si mesmo também foi percebida pelos beneficiários do projeto:

Perdi muito minha timidez, ainda tenho muito. Quando eu entrei pro valores, eu só andava olhando para o chão, a partir dali eu criei uma autoconfiança um pouco maior e essa questão de perder a timidez de está na frente das pessoas, eu ainda tenho para falar, mas para apresentar não. (Entrevistada 3).

Meus primeiros exemplos foram as pessoas que eu via, tanto que quando eu entrei eu tinha cabelo liso- esse é o exemplo que eu sempre vou lembrar- e eu comecei a ver que lá as meninas andavam de cabelo cacheado e era um negócio que onde eu vivia, na escola que eu estudava, não existia, e eu fiquei assim: “que que tá acontecendo?”. O jeito que elas se expressavam servia de exemplo, elas eram livres, não livres de fazer qualquer coisa porque não tem regras, mas livres de sentirem acolhidas em um espaço seguro pra todo mundo ser quem era. (Entrevistada 5).

Nesse contexto, ressalta-se que o Plug Minas também é visto pelos alunos como ambiente de aceitação e acolhimento:

O que foi fundamental para eu participar e continuar no projeto foram paixão pelo lugar, porque além das artes que eles ensinam, **o Plug acaba se tornando a sua casa**. é um lugar que todo mundo se aceitava, e na sua casa você não podia se vestir com você se veste no valores, então você se sentia à vontade em um lugar que não é a sua casa. Pelo menos na época que eu estava lá, você podia vestir e andar como você se identificava, lá é um lugar de liberdade e de descobrimento pessoal. (Entrevistada 7, 2019, grifo nosso).

Diante da constatação de todos esses efeitos positivos, percebeu-se, por fim, o reconhecimento da importância do projeto e um sentimento de pertencimento no sentido de lutar pela sua continuidade, diante dos riscos iminentes em tempos de mudanças institucionais e cortes orçamentários:

Todos os dias que eu paro para pensar na continuidade ou não do PlugMinas em si, me bate uma angústia por saber que onde eu estudo é exatamente tudo aquilo que queria ter tido a oportunidade de ter quando eu era criança. Eu sonhava em estudar numa escola de artes onde eu aprenderia a cantar, a dançar, a atuar, e aprender a ser artista, e desde quando eu entrei eu percebi que minha evolução como artista e como pessoa tem sido tão satisfatória que o mínimo de possibilidade do fim desse programa me deixa para baixo, foi no Valores de Minas que eu ganhei força quando eu tomei um tiro de bala perdida, foi por conta desse lugar aqui que eu decidi iniciar uma faculdade de música, foi aqui que eu realmente me descobri quanto cidadão, enquanto ser pensante, eu sou grato a esse lugar por

inúmeros motivos, e o maior que foi ter salvado minha vida todas as vezes que eu me vi perdido. (Aluno do Plug Minas, 2019).

5.4.2 E que poderia ser melhor? Algumas críticas dos alunos

Em geral, os alunos demonstraram críticas em relação ao uso e conservação do espaço, a falta de integração entre os núcleos e questões organização e comunicação por parte da instituição.

No que se refere ao uso e conservação do espaço, alunos afirmam que ele poderia ser mais bem equipado com bancos e espaços para os alunos utilizarem nos intervalos, e demandam melhorias em relação à limpeza e conservação do local, já que nos últimos meses possuem muitos pontos sem luz, sem poda da vegetação, sem controle de limpeza, entre outras questões que já foram levantadas pela gestão e colocadas como questões prioritárias.

Ainda, os alunos criticam que poderia existir maior interação entre os núcleos por meio de atividades que envolvessem todos, até mesmo com o objetivo de aproveitar potenciais de um cada um dos núcleos em melhorias gerais para todos, e melhorar a convivência dos jovens.

Por último, uma questão muito falada é uma falha na comunicação entre a instituição e os jovens quando da necessidade de repassar informações sobre decisões, prazos, e principalmente em épocas de mudanças e pendências, como é o caso do momento atual em que existem pendências com os benefícios do vale transporte e alimentação que afetam diretamente a vida dos jovens.

5.5 Outras dimensões analisadas

O questionário também se propôs a analisar outras dimensões que compõem o cotidiano do acesso e da permanência dos jovens no projeto, como as principais dificuldades enfrentadas, os benefícios oferecidos pelo projeto, e a percepção dos jovens para com o espaço do projeto.

5.5.1 Dificuldades

Os alunos dos três núcleos pesquisados puderam responder qual é a principal dificuldade enfrentada por eles ao participar do Plug Minas. O deslocamento

até o local do projeto foi apontado como a principal delas, segundo os alunos do três núcleos, representando o percentual de 70,6% para os alunos do NCD, 65,5% para os alunos do Valores, e 40,94% para os alunos do NEJ. O fato de os respondentes do NEJ apontarem menor proporção para a dificuldade com o deslocamento pode ser explicada pela maior estabilidade do vale transporte para este núcleo, devido ao suporte dado ao parceiro, o Sebrae. Em seguida, os principais empecilhos apontados foram: conciliar o curso realizado com o estudo regular e conciliar o curso realizado com o trabalho (Tabela 11).

Os percentuais expressivos do Núcleo Valores de Minas e do NCD referentes à dificuldade com o deslocamento para o projeto, 65,9% e 70,6%, respectivamente, podem estar relacionados com a falta do vale transporte. No caso do Valores, os alunos atualmente matriculados são apenas os alunos dos cursos técnicos, e já não recebem o benefício. No caso do NCD, como já citado, apenas os alunos que utilizam as passagens do sistema BHBUS estão recebendo o vale transporte, excluindo do benefício os alunos da RMBH que utilizam outro sistema de passagens, e ainda de maneira incerta, com o recebimento apenas de valores restantes nos cartões, sem previsão de renovação do benefício.

Tabela 11 – Principais dificuldades enfrentadas pelos jovens ao participarem do Plug Minas, em 2019 (%). N=206

Dificuldade	Núcleo		
	NEJ	Valores de	NCD
Deslocamento.	40,9	65,8	70,7
Conciliar o curso com o estudo regular.	23,6	9,1	8,8
Conciliar o curso com trabalho.	15,0	11,4	8,8
Convivência com outras pessoas do projeto.	7,9	4,5	5,9
Conteúdo do curso.	5,5	2,3	0,0
Nenhuma	3,2	0,0	2,9
Outros	3,9	6,9	2,9
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria

5.5.2 Benefícios

A oferta dos benefícios de transporte e alimentação para os alunos faz parte do desenho do projeto, a fim de contribuir com o acesso e permanência, principalmente de jovens periféricos e de baixa renda (mesmo esse fator não sendo considerado no processo seletivo ou inscrição no projeto). Dessa maneira, a

pesquisa analisou se os jovens pretendem ou não continuar no curso caso cesse a oferta dos benefícios. Como observado na Tabela 12, é notório que a falta do vale transporte comprometeria em maior escala a permanência dos alunos em relação ao benefício da alimentação, já que 64,5% dos alunos do NEJ, 54,5% dos alunos do Valores e 64,5% dos alunos do NCD afirmam que continuariam mesmo sem alimentação, enquanto a afirmativa para o caso do transporte fica em apenas 32,0% para os alunos do NEJ e 35,3% para os alunos do NCD, com percentual mais acentuado também para aqueles alunos que “talvez” continuariam na falta do vale transporte. No entanto ressalta-se que o benefício da alimentação é ponto de grande relevância e auxílio para os jovens que participam do projeto. O egresso do Núcleo de Empreendedorismo Juvenil, por exemplo, conta que como ele passava o dia inteiro fora de casa, entre trabalho e o Plug Minas, ele iria gastar muito com a alimentação, portanto este auxílio era uma “mão na roda” nesta questão. Outro alunos também menciona este benefício como algo de grande valia:

Se não tiver comida vou ter que levar, pois é minha única refeição do dia! Mesmo sem a comida ou passagem pretendo continuar lutando para fazer o curso, mas perder esses direitos significa dificultar a minha estadia e acesso. É um lugar maravilhoso e tem que crescer. (Aluno do Plug Minas, 2019).

Tabela 12 – Auxílios oferecidos pelo projeto e a relação deles com a permanência dos alunos (%). N=206

Caso o programa não ofereça o benefício você pretende continuar no curso?	NEJ			Valores			NCD		
	Sim	Não	Talvez	Sim	Não	Talvez	Sim	Não	Talvez
Transporte	32,0	37,5	30,5	-	-	-	35,3	26,5	38,2
Alimentação	69,5	10,2	20,3	54,5	20,5	25,0	64,7	8,8	26,5

Fonte: Elaboração própria

*Nota: os alunos do Núcleo Valores de Minas não fizeram parte da análise em relação ao vale transporte, pois já não recebem este benefício.

Diante das incertezas sobre o fornecimento dos benefícios, principalmente do vale transporte, alguns alunos utilizaram do espaço de críticas e

sugestões disponível no questionário para ressaltar a importância dos auxílios, como exemplo deste apelo feito por um aluno:

Eu gostaria apenas que o plug não fosse deixado de lado e que continuasse a ofertar os cursos, a passagem e comida. Todos os serviços oferecidos chegam a pessoas com pouquíssimas oportunidades na vida que acabam obtendo elas nos cursos oferecidos no plug, além de dar comida a pessoas que muitas vezes não tem o que comer em casa ou fora dela. (Aluno do Plug Minas, 2019).

5.5.3 Acolhimento e diversidade do espaço

Além de se mostrarem vislumbrados com a estrutura e o suporte dado pela instituição, desde a estrutura, os benefícios e a qualidade dos cursos, outro fator bastante ressaltado, de forma positiva, pelos alunos e egressos é a característica de acolhimento do espaço, principalmente em questões de apoio à diversidade de estilos, diversidade sexual, entre outras diversidades que ainda encontram preconceitos na sociedade em geral. É possível observar relatos que dizem “o Plug é minha segunda casa”, ou “ eu amo esse lugar”. Além disso, a Entrevistada 7 resume bem como o acolhimento, a diversidade e a acessibilidade do projeto são percebidos pelos alunos:

Eu gostava muito da diversidade de lá, tanto das pessoas, quanto das atividades que eram oferecidas. Quando eu entrei ainda era uma época muito boa, era tudo organizado, aconteciam várias coisas, tinha festa junina pros alunos, tinha muita coisa legal para interação. Eu vejo que lá sempre foi um ambiente muito aberto às diferenças [...] Eu gostava também da acessibilidade, tanto no sentido de que a estrutura pra mim sempre parecia adaptada, e no sentido social mesmo porque parecia que eles se esforçavam pra todo mundo continuar ali, pra chegar em outros pontos da cidade, por oferecer transporte e alimentação.

5.6 Síntese avaliativa

Por meio da avaliação de resultados realizada neste trabalho, foi possível perceber que o Plug Minas tem gerado diversos efeitos positivos na vida dos jovens que dele participam. Além disso, foi possível identificar pontos críticos, que, na percepção dos jovens, merecem atenção, a fim de proporcionar maior efetividade do projeto.

Constatou-se, por meio da caracterização dos respondentes, que existe um percentual maior de alunos do gênero feminino (64,7%) de que o masculino (33,3%). No que se refere à cor ou raça a maioria se declara parda, e preta, seguidos de 24,51% que se declaram brancos, o que demonstra focalização em um público mais vulnerável. Quanto ao local de moradia, predominam os alunos que residem em Belo Horizonte sendo atendidas 16 cidades das 31 que compõem a RMBH. Estes alunos estão distribuídos entre 16 e 30 anos de idade, predominantemente entre 17 e 20 anos, com destaque à faixa etária de 18 anos que corresponde a 22,1% dos alunos. Em consonância com a idade predominante, há uma prevalência de jovens que já finalizaram ensino médio, 72,55% do total dos entrevistados. A renda familiar dos jovens se concentra nas faixas de até 3 salários mínimos, sendo 79,9% do total. Quanto à caracterização da diversidade sexual do projeto, constatou-se que 32,38% dos jovens se declara LGBT, o que demonstra um ponto bastante positivo da focalização da política.

Percorrendo os resultados dos efeitos do projeto, percebem-se resultados positivos para as três áreas: educação, trabalho e participação social. Na área de educação, se destacam os efeitos da aprendizagem de conteúdos específicos de cada curso realizado além de uma percepção bastante positiva quanto ao desenvolvimento de habilidades. Na área do trabalho, o principal destaque positivo é para a contribuição do projeto na ampliação das perspectivas e dos projetos de futuro profissional dos jovens. Ainda nessa área de resultados, a questão do empreendedorismo juvenil foi percebida como satisfatória pela maior parte dos alunos, enquanto a inserção no mercado de trabalho como consequência do curso realizado no Plug Minas não foi apontado como um efeito pelos respondentes.

Na área de resultados de participação social, o maior destaque positivo se deve a formação cidadã proporcionada pelo projeto, seguida pela formação de agentes multiplicadores do desenvolvimento, ambos podendo ser identificados nos relatos de alunos e egressos. Por outro lado, os jovens apresentam pouca participação política em instrumentos institucionalizados, como conselhos e conferências de políticas públicas, ou em movimentos estudantis ou sociais.

Ainda, a avaliação de resultados apresentou alguns efeitos não esperados. O principal deles foi um efeito positivo na dimensão psicossocial da vida dos jovens, realizando transformações positivas nas capacidades de autoexpressão,

autoestima e autoconfiança e nas relações interpessoais e sociais dos jovens. Além disso, os alunos e egressos retratam como algo muito positivo a sensação de acolhimento e de diversidade social existente no projeto. Um dos fatores que contribuiu para a efetividade dessas questões é a oferta dos benefícios do vale transporte e da alimentação, e apesar da primeira ser considerada mais crucial, a segunda soma bastante na importância de garantir o acesso e a permanência de jovens periféricos e de baixa renda.

Paralelamente a isso, os jovens apontam algumas dificuldades envolvidas na participação no projeto, sendo que a principal delas é a dificuldade de deslocamento, seguidas pelas dificuldades em conciliar o curso realizado com o estudo regular ou com o trabalho. Nesse sentido, a principal crítica apontada se refere à manutenção dos benefícios, já que no momento atual de ajuste fiscal e mudança de gestão governamental é sabido do risco da limitação ou até mesmo suspensão destes benefícios. Além disso, diante dessa situação de conflito, os alunos reclamam da comunicação e transparência da instituição para com os alunos, relatando que esta não ocorre da maneira adequada para envolvimento e segurança dos alunos. Por fim, outro ponto crítico indicado com os alunos se deve à insatisfação com a conservação do espaço do Plug Minas, que se encontra com diversos pontos sem iluminação, sem poda da vegetação, entre outros problemas que podem comprometer o uso do espaço e colocar os alunos em situações de risco.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se, nesta pesquisa, identificar e avaliar os efeitos vivenciados pelos jovens participantes do Plug Minas, à luz dos objetivos que embasam o projeto e os fundamentos da política pública para juventude e da avaliação de políticas públicas.

Apesar dos avanços das concepções de juventude e no foco das políticas para esse público no Brasil, como estudado no capítulo sobre Juventude e Políticas Públicas, ainda são poucas as políticas que se comprometem a considerar o jovem como ator estratégico do desenvolvimento e como sujeito das políticas. Dessa maneira, nem sempre as políticas públicas conseguem proporcionar transformações reais na vida dos jovens e de fato promover alterações dos seus projetos de futuro. Dessa maneira, o Plug Minas pode ser considerado um projeto inovador que está à frente nas políticas públicas para a juventude do país. Diante dos diversos efeitos positivos evidenciados por meio da avaliação realizada neste trabalho, reforça para o Estado a importância do investimento neste tipo de política para a juventude. É preciso reconhecer e considerar que tais investimentos reduzem vulnerabilidades presentes na vida dos jovens, e refletem em resultados sociais, educacionais, de segurança pública, de renda, entre outros âmbitos das políticas públicas inter relacionados à formação de capital social e produtivo desta parcela da população.

Somado a isso, este trabalho proporcionou conclusões em torno da avaliação de políticas públicas: a avaliação é absolutamente fundamental, estratégica e necessária, serve tanto para fins de transparência governamental e controle social, já que através das informações geradas a população tem subsídios para cobrar do governo, quanto para a aprendizagem na política pública, na medida em que pode identificar novos rumos, corrigir rotas. Nesse sentido, a avaliação permite que a ação governamental seja consequente e promova maior eficiência alocativa, o que é totalmente pertinente em um contexto de ajustes fiscais e mudança de gestão governamental do estado de Minas Gerais.

Dessa maneira, recomenda-se inserir a lógica avaliativa na rotina de gestão do Plug Minas, instituindo a cultura do monitoramento e avaliação, a fim de que se alcance eficiência e efetividade que realmente transformem a vida dos

jovens. Nesse contexto, é notório que o principal desafio seja inserir a cultura de entendimento da importância do monitoramento e da avaliação para os gestores, principalmente por meio da capacitação dos gestores em relação às ferramentas e os métodos utilizados no processo de avaliação. No geral, é preciso fortalecer a lógica pública baseada em evidências, que estão interligadas à dimensão técnica, a qual muitas vezes é dificultada pela dimensão política inserida na política pública.

Nesse sentido recomenda-se conhecimento e valorização, por parte da equipe do Plug Minas, dos efeitos positivos evidenciados por meio da avaliação, a fim de visá-los como objetivos importantes para o alcance da efetividade social na vida dos jovens atendidos pelo projeto. Por outro lado, também se recomenda atenção aos pontos críticos evidenciados pela avaliação, com o objetivo de buscar alternativas para minimizar os problemas. Quanto à questão do fornecimento do vale transporte, que se apresenta como principal gargalo o acesso e a permanência dos alunos no projeto é recomendado que a gestão busque parcerias governamentais ou não (como já é de costume do projeto), que possibilitem o custeio do benefício. Outra possibilidade seria limitar a oferta do vale transporte aos alunos que comprovarem baixa renda, para que assim o projeto não perca o sentido de política pública de alcançar os jovens em maior situação de vulnerabilidade.

Além disso, recomenda-se que a gestão do projeto insira processos de monitoramento e avaliação na sua rotina administrativa, a fim de olhar para tudo aquilo que se está fazendo e identificar aprendizagens, melhorias, redefinir rotas, e usufruir da avaliação para melhorar a eficiência e efetividade desta ação governamental.

Esse trabalho foi um passo no sentido de fortalecer os estudos sobre a política pública para a juventude e a importância da avaliação no setor público, e que serviu para construir um referencial de análise, capaz de ser replicado para um universo maior. A partir deste referencial, é possível analisar outras demandas de avaliação do projeto, podendo ser utilizadas para avaliar o desenho ou os processos envolvidos na gestão, por exemplo, com objetivo de alcançar maior eficiência e efetividade do projeto, e conseqüentemente, mais efetividade sociais e mais impactos positivos na vida da juventude.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Zenaide; DAYRELL, Juarez. ***Ser alguém na vida: um estudo sobre jovens do meio rural e seus projetos de vida***. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 41, n. 02, p. 375-390, abr./jun. 2015.
- AQUINO, Luseni Maria C de. ***A juventude como foco das políticas públicas. Juventude e Políticas Sociais no Brasil***. Brasília, IPEA, 2009.
- ARAÚJO Edgilson Tavares. *Monitoramento de projetos sociais*. In: BOULLOSA, Rosana; ***Avaliação e monitoramento de projetos sociais***. Edição digital. Curitiba: Editora IESDE Brasil S.A, 2009. Cap. 10, p. 179-204.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. ***Plano mineiro de desenvolvimento integrado***. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/export/sites/default/acompanhe/planejamento_orcamento_publico/pmdi/pmdi/2007/documentos/anexo_17007_2007.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2019.
- BECHELAINE, Cíntia Helena de Oliveira; CKAGNAZAROFF, Ivan Beck. As ***Avaliações Vão Para a Gaveta? Uma revisão teórica dos fatores relacionados ao uso de avaliações de políticas públicas***. Contabilidade, Gestão e Finanças, v.17, n.2, mai-ago.2014, pp.78-93. Disponível em: Acesso em 15 jul. 2016.
- BELLEN, Andrei Pittol, TREVISAN, Hans Michael Van. ***Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção***. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro v. 3, n. 42, p. 529-50, mai./jun. 2008.
- BAUER, Adriana. ***Avaliação de impacto no Brasil: é possível mensurar impactos de programas de formação docente?*** Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 21, n. 46, mai/ago. 2010, p. 229-252. Disponível em: . Acesso em 30 set. 2018
- BOULLOSA, Rosana. ***Introdução à avaliação e monitoramento de projetos sociais***. In: BOULLOSA, Rosana; ARAÚJO, Edgilson Tavares. Avaliação e monitoramento de projetos sociais. Edição digital. Curitiba: Editora IESDE Brasil S.A, 2009. Cap. 1, p. 11 -26.
- CAMPOS, Eder Sá Alves & GUIMARÃES, Tadeu Barreto. ***Políticas para a juventude em Minas Gerais: a aposta estratégica nos jovens mineiros. II CONAD***, Brasília, 2009.
- CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C.de; ANDRADE, Carla Coelho de (Org.). *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Ipea, Brasília, 2009. Disponível em:

<<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9094/1/Juventude%20e%20pol%C3%ADticas%20sociais%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2019.

COURA, Claudinéia Pereira. **“Novos sujeitos de direito: reflexões sobre juventude e políticas públicas”**. *Pensar BH*, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, out/dez 2007.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. *Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação demográfica*. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.
COSTA (2000)

DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social**. *Revista Brasileira de Educação*, n. 24, set./dez. 2003, p.40-51

DRAIBE, Sônia Mirian. **Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas**. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Orgs). *Tendências e perspectivas de políticas e programas sociais*. São Paulo: ICE/PUC-SP, 2001, pp. 31-34. Disponível em: Acesso em 30 jan. 2018.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. **A política da avaliação de políticas públicas**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 59, p. 97-169, Out., 2005.

FERREIRA NETO, Romeu Luiz. **Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Conceituação e qualificação como pilar para gestão pública**. *Revista Jus Navigandi*, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 16, n. 2895, 5jun.2011. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/19265>>. Acesso em: 27 maio 2019.

JANNUZZI, Paulo de martino. **Avaliação de programas sociais: conceitos e referenciais de quem a realiza**. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 25, n. 58, p. 22-42, mai./ago. 2014.

JANNUZZI, P. M. **Avaliação de programas sociais no Brasil: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas**. *Planejamento e Políticas Públicas*. Brasília, DF, v. 36, p. 251-275, 2011a. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/228>

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Avaliação e Programas: definição, tipologias e etapas para sua elaboração**. JANUZZI, Paulo de Martino. *Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas*. Campinas: Alínea Editora, 2016, Cap. 2, pp. 41-72.

MINAS GERAIS. **Plano mineiro de desenvolvimento integrado 2007-2023**. Belo Horizonte: Ed. Rona, 2007. Disponível em: . Acesso em: 08 mar. 2019.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Cultura. Centro da Juventude de Minas Gerais/Plug Minas. Centro da Juventude de Minas Gerais: **Proposta técnica preliminar**. Belo Horizonte, 2007. Documento Interno.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Cultura. Centro da Juventude de Minas Gerais/Plug Minas. Centro da Juventude de Minas Gerais/Plug Minas: **Diretrizes de Planejamento e Gestão**. Belo Horizonte, 2008. Documento Interno.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Cultura. Centro da Juventude de Minas Gerais/Plug Minas. Centro da Juventude de Minas Gerais/Plug Minas: **Diretrizes Pedagógicas**. Belo Horizonte, 2008. Documento Interno.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Cultura. Centro da Juventude de Minas Gerais/Plug Minas. Centro da Juventude de Minas Gerais/Plug Minas: **Replicando o Plug Minas**. Belo Horizonte, 2008. Documento Interno.

MOKATE, Karen. **Convirtiendo el ‘monstruo’ en aliado: la evaluación como herramienta de la gerencia social**. Revista do Serviço Público. Brasília, ano 53, n. 1, jan-mar 2002, pp. 89-134

REIS, Bruno Pinheiro Wanderley. Políticas Públicas. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário: trabalho e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <http://www.gestrado.org/pdf/326.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2018.

RUA, M. G. **A avaliação no ciclo da gestão pública**. Brasília, DF: Enap, 2004. Apostila do curso de Especialização em Políticas Públicas da Educação com ênfase em Monitoramento e Avaliação. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/228>

SILVA, Enid Rocha Andrade de; ANDRADE, Carla Coelho de. **A política nacional de juventude: avanços e dificuldades**. In: CASTRO, Jorge Abrahão; AQUINO, Luseni; ANDRADE, Carla Coelho de (Orgs.). Juventude e políticas sociais no Brasil. Brasília: IPEA, 2009. p. 41-69.

SOARES, Swamy De Paula Lima. ***Políticas públicas para a juventude: avaliação de efeitos de um programa federal na esfera local.*** Portal das ciências sociais brasileiras, Paraíba, janeiro de 2013. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/papers-37-encontro/st/st37/8661-politicas-publicas-para-a-juventude-avaliacao-de-efeitos-de-um-programa-federal-na-esfera-local-1/file>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

APÊNDICE A

Questionário:

Pesquisa de avaliação do projeto PlugMinas

Este questionário compõe os instrumentos de coleta de dados da pesquisa sobre o PlugMinas realizada para trabalho de conclusão de curso de graduação em Administração Pública da Fundação João Pinheiro. A aluna também atua como estagiária do Núcleo de Planejamento e Gestão do PlugMinas. O objetivo desta pesquisa é identificar quais os efeitos que o projeto gera na vida dos jovens que participam dele. A sua resposta é de extrema importância para o meu trabalho. O preenchimento do questionário é anônimo e não leva mais do que 10 minutos. Conto com você!
Joyce Colares

*Obrigatório

Perfil Socioeconômico

1. Qual a sua idade ? (escreva em números) *

2. Sua cor/etnia é: *

Marcar apenas uma oval.

- Branca
- Preta
- Amarela
- Parda
- Indígena
- Não sei responder
- Não quero responder
- Outro: _____

3. Qual o seu Gênero ? *

Marcar apenas uma oval.

- Feminino
- Masculino
- Não sei responder
- Não quero responder
- Outro: _____

4. Você se considera LGBT+? Se não, pule para a próxima pergunta. Se sim, das opções, qual você se considera?

Marcar apenas uma oval.

- Lésbica
- Gay
- Bissexual
- Travesti
- Transexual
- Outro: _____

1. Qual o seu município de residência? *

Marcar apenas uma oval.

- Belo Horizonte
- Baldim
- Betim
- Brumadinho
- Contagem
- Caeté
- Capim Branco
- Confins
- Esmeraldas
- Florestal
- Ibirité
- Igarapé
- Itaguara
- Itatiaiuçu
- Jaboticatubas
- Juatuba
- Lagoa Santa
- Mário Campos
- Mateus Leme
- Matozinhos
- Nova Lima
- Nova União
- Pedro Leopoldo
- Raposos
- Ribeirão das Neves
- Rio Acima
- Rio Manso
- Sabará
- Santa Luzia
- São Joaquim de Bicas
- São José da Lapa
- Vespasiano
- Não sei responder
- Não quero responder
- outro

1. aproximadamente, a renda familiar mensal? *

Marcar apenas uma oval.

- Nenhuma renda.
- Até 1 salário mínimo (até R\$ 998,00).

- De 1 a 3 salários mínimos (de R\$ 998,00 até R\$2.994,00). De 3 a 6 salários mínimos (de R\$ 2.994,01 até R\$ 5.988,00).
- De 6 a 9 salários mínimos (de R\$ 5.988,01 até R\$ 8.982,00). Mais de 9 salários mínimos (acima de R\$ 8.982,00).
- Não sei responder.
- Não quero responder.

Perfil Escolar

2. Qual é a sua escolaridade? *

Marcar apenas uma oval.

- Estou realizando o ensino médio. Já finalizei o ensino médio.
- Ensino Superior incompleto
- Ensino Superior completo
- Não sei informar
- Não quero informar
- Outro: _____

Informações gerais sobre sua participação no projeto

3. Quais são os principais aspectos que te levam a realizar este curso no projeto PlugMinas? (Marque até 3 opções) *

Marque todas que se aplicam.

- Socializar com jovens da minha idade. O conteúdo das aulas ministradas.
- A alimentação oferecida pelo projeto. Obter um certificado de formação técnica.

- Obter a formação na área de administração e empreendedorismo. Ampliar meu leque de oportunidades.
- Frequentar o espaço do PlugMinas. Outro: _____
-

1. Qual é a principal dificuldade que você enfrenta ao participar do PlugMinas? *

Marcar apenas uma oval.

- Deslocamento.
- Conteúdo do curso.
- Conciliar o curso com trabalho.
- Conciliar o curso com o estudo regular.
- Convivência com outras pessoas do projeto.
- Outro: _____

2. Caso o programa não ofereça o seu vale transporte, você pretende continuar no curso? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Talvez

3. Caso o programa não ofereça a alimentação no PlugRango, você pretende continuar no curso? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Talvez

Perguntas específicas sobre a participação no projeto PlugMinas.

Nas perguntas a seguir considere uma escala em que 1 corresponde a "nada" e 10 corresponde a "bastante".

4. Em que medida o curso do NEJ te proporcionou aprendizagem de conteúdos gerais? (ex: linguagens, atualidades, etc.) *

Marcar apenas uma oval.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Nada	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Bastante

5. Em que medida o curso do NEJ te proporcionou aprendizagem de conteúdos específicos (sobre administração, empreendedorismo, entre outros)? *

Marcar apenas uma oval.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Nada	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Bastante

6. Em que medida o curso do NEJ te proporcionou desenvolvimento de habilidades ou algum potencial até então desconhecido? *

Marcar apenas uma oval.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Nada	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Bastante

1. Este é um espaço para caso você queira deixar críticas e/ou sugestões sobre o projeto:

APÊNDICE B

Questionários Ex alunos do Plug Minas

- Em qual Núcleo você estudou?
- Qual curso você realizou?
- Ano de realização do curso?

Bloco 1 : Perfil socioeconômico

- 1) **Qual a sua idade:**
- 2) **Você considera que sua cor ou etnia é:**
- 3) **Local de residência:**

Bloco 2: Perfil escolar/ profissional

- 4) Atualmente está exercendo alguma atividade remunerada?
- 5) Após participar do projeto, realizou algum outro curso/capacitação (qualquer tipo de curso, estudo, não necessariamente ligado à área estudada no Plug Minas)?

Bloco 3: Perguntas gerais sobre o programa:

- a) Quais aspectos do desenho e da organização do PlugMinas você destaca? Fale um pouco sobre eles (ex: ter o auxílio transporte e a alimentação; o espaço para os jovens; o tipo de curso, metodologia das aulas, entre outros.)
- b) Você se recorda de ter enfrentado algum tipo de dificuldade para realizar o curso? Qual? (ex: deslocamento, conciliar o curso com o trabalho, conciliar o curso com a escola regular, entre outros.)
- c) O que foi fundamental para a sua participação no projeto?
- d) Fale sobre a experiência no PlugMinas, sobre o significado deste projeto significou na sua vida.
- e) Fale um pouco como foi a sua trajetória **após finalizar** o curso no PlugMinas.

Bloco 4: perguntas específicas da avaliação para egressos (de acordo com as variáveis do quadro analítico)

- a) Fale um pouco sobre a relação entre o programa e sua aprendizagem de conteúdos, aquisição de conhecimentos, sejam eles gerais ou específicos do curso que realizou:
- b) Fale um pouco sobre a relação entre o programa o desenvolvimento de habilidades ou algum potencial até então desconhecido por você.
- c) Fale um pouco sobre a relação entre o programa e o desenvolvimento da sua rede de oportunidades (como oportunidades profissionais, oportunidades educacionais, ou de inserção no mercado de trabalho)?
- d) Fale um pouco sobre a relação entre o programa e sua visão e perspectivas para o seu futuro profissional (mudou?)
- e) Fale um pouco sobre a relação entre o programa a sua responsabilidade e autonomia (aumentou, mudou).
- f) Fale um pouco sobre a relação entre o programa e o desejo de repassar as informações e conhecimentos adquiridos (ser agente multiplicador de conhecimentos, informações sobre o programa).
- g) Você possui algum envolvimento social na comunidade onde vive, ou participa/já participou de algum movimento social, estudantil? Participa /já participou de algum conselho/conferência de políticas públicas?